

JF

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira
Mensal | nº 284 | julho 2016 | 0,50 Euros

Posição sobre organização
do ano letivo
Pág. 4

Recomendação do CNE
sobre pessoal docente
Pág. 7

Ensino superior:
regime fundacional e carreiras
Pág. 24

80.000

Saíram à rua em defesa da Escola Pública, da Constituição
da República e do Estado de Direito Democrático



sumário



ESCOLA PÚBLICA

A Escola Pública é a escola de todos e para todos. Foi ela que respondeu positivamente ao desafio de democratização do acesso ao ensino, que, igualmente, deu resposta aos sucessivos alargamentos da escolaridade obrigatória, que formou a geração mais qualificada de Portugueses e é também a Escola Pública que faz o grande esforço da inclusão, fundamental à contínua democratização da nossa sociedade. Daí que, pôr em causa a Escola Pública e os seus profissionais, como têm feito alguns dos seus detratores (sem surpresa, os mesmos que procuram fazer da Educação uma área de negócio), seja uma tremenda injustiça à qual os Portugueses não poderiam deixar de reagir. E se já tinham dado sinal positivo quando, em apenas duas semanas, mais de 70.000 subscreveram uma Petição em defesa da Escola Pública, a grandiosa Marcha realizada em 18 de junho, juntando mais de 80.000 pessoas, tornou claro que a Escola Pública é mesmo a escola que os Portugueses querem e Portugal merece. ●



MANIPULAÇÃO

O miserável papel que o jornal *Público* tem assumido em defesa dos interesses privados que se movem na Educação, teve a sua expressão máxima na forma como tratou a Marcha em defesa da Escola Pública. Contrastando com o tratamento que deu às iniciativas desenvolvidas pelos operadores privados da Educação, aquele jornal silenciou, até ao dia, a realização da Marcha e, no seguinte, a pequena notícia de primeira página destinava-se, apenas, a pôr em causa o número de participantes e não a dar destaque a tão grandiosa manifestação pela Escola Pública. Olhando a notícia no interior, o asco que a mesma provoca é imenso: omite as mensagens dos organizadores da iniciativa; destaca o que entende serem aspetos negativos; menoriza o número de participantes, pondo em causa os números avançados pela organização, ao mesmo tempo que hipervaloriza a manifestação (de há três semanas!) dos colégios privados, cujo número nunca é posto em causa; aproveita a notícia para referir os objetivos da manifestação dos colégios que se realizará nesse dia; conclui com uma colossal mentira (Lamentável lapso? Qual lapso? Ao menos nisso seja séria...), afirmando que, em palco, estiveram os líderes de PCP e BE. Este procedimento do *Público* é exemplo da mais miserável manipulação e envergonha a democracia. ●



11. EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

04. EM FOCO

Sobre o despacho de organização do ano letivo 2016/17

05. EM FOCO

Mobilidade por doença: Processo negocial com saldo muito positivo

VÍTOR GODINHO

06. EM FOCO

Despacho de organização do ano letivo - o 1º Ciclo

MANUEL MICAEL

10. NACIONAL

Movimento sindical alerta para a situação dramática em que vivem muitos desempregados

23. NACIONAL

Negociação do CCT para o ensino particular e cooperativo e escolas profissionais privadas

24. SETORES

Fundações de direito privado não são solução para o futuro das instituições de ensino superior público

25. SETORES

Emprego científico e contratação de doutorados

26. AÇÃO

Modelo de baixos salários compromete o desenvolvimento e o progresso social

27. AÇÃO

Este é o tempo de rejeitar as sanções da UE

28. ENTREVISTA

Carlos Pato, Secretário-Geral do SPE, responde a questões em foco no ensino português no estrangeiro

JPO

30. CULTURAIS

Prémio Literário António Gedeão (2016)

31. CULTURAIS

Richard Towers – Livros com Arte



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Avelãs (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Jorge Simão (SPZS), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM), Rogério Ribeiro (SPN) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 51.500 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

Passar dos sinais à certeza

Desde sempre, a FENPROF, enquanto organização mais representativa dos professores em Portugal, tem sido referência na Educação, por apresentar propostas, lutar por elas e ser coerente nas posições que assume em defesa da Escola Pública de qualidade e dos seus profissionais. Como tal, o que a FENPROF defende (ou denuncia) são políticas e não governos, pois ensinaram-nos os anos (e os governantes) que, estilos e discursos à parte, as políticas de fragilização da Escola Pública mantiveram-se mesmo quando os governos, num quadro de alternância, iam mudando.

Vivemos um tempo que, por ser original, alguns têm afirmado ser novo. Uma maioria de deputados do partido do governo e dos que estão à sua esquerda vêm convergindo em aspetos essenciais e, assim, viabilizado uma governação que, em diversos aspetos importantes, se distingue da que a direita impôs.

A atual solução parlamentar será tão mais importante quanto dela resultarem políticas diferentes das desenvolvidas por outros governos, em particular o anterior. Os primeiros meses, pelas medidas tomadas, geraram legítimas expectativas nos professores. O posicionamento do ME em relação ao grande debate sobre público e privado, que se mantém aberto na sociedade, mereceu o acordo da maioria dos Portugueses.

Há, contudo, incoerências que deverão ser esclarecidas, sob pena de também se tornar legítima a opinião de que o governo, afinal, gere posições mais em função da oportunidade do que da convicção. Olhe-mos, por exemplo, para o que se passa no Ensino Superior: como pode um governo

que se diz defensor da Escola Pública, ser o impulsionador / promotor da transformação das instituições públicas em fundações de direito privado?

Voltemos, porém, ao que ao Pré-Escolar e ao Básico e Secundário diz respeito. A defesa da Escola Pública faz-se, naturalmente, pela promoção de uma rede pública que assegure resposta de qualidade às necessidades de toda a população e também pelo caráter inclusivo, diversidade e qualidade dessa resposta pública.

Acontece que, depois de diversos sinais de sentido positivo que a FENPROF tem vindo a assinalar, outros parecem surgir que geram dúvidas sobre o verdadeiro sentido das mudanças. Isto é válido para o Ensino Superior, pelas razões já apontadas, mas também para o Pré-Escolar (não se compreendendo o anúncio do seu alargamento por via dos privados que, assim, seriam compensados pelo corte nos contratos de associação) e para o Básico e o Secundário, nestes casos, tendo em consideração as insuficiências do despacho sobre organização do próximo ano letivo e também o calendário escolar fixado.

Estas são dúvidas que deverão ser dissipadas num tempo em que, à porta, estão desafios fortíssimos, como sejam a negociação de um justo regime de concursos para colocação de professores, a (re)democratização da gestão escolar, a aprovação de um processo de descentralização alternativo à municipalização imposta pela direita, a requalificação do parque escolar que o governo anterior interrompeu (sem cair em erros passados), a desagregação dos mega-agrupamentos, o combate "decidido" à precariedade, o descongelamento das carreiras e a recuperação do tempo de serviço perdido ou a aprovação

de um regime excecional de aposentação para os professores.

São muitas medidas e exigem investimento, é verdade. Mas outra coisa não se pode esperar de quem assume a defesa da Escola Pública e tem a má sorte de ter sido antecedido por quem mais cortou na Educação.

Hoje, do governo, mais do que sinais, aguarda-se clareza no sentido das mudanças a operar em defesa da Escola Pública e do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e, principalmente, medidas que as concretizem. O Orçamento do Estado para 2017 que, não tarda, estará no centro do debate político, será fundamental nessa clarificação e no posicionamento dos professores em relação ao futuro. ●

“

Vivemos um tempo que, por ser original, alguns têm afirmado ser novo. Uma maioria de deputados do partido do governo e dos que estão à sua esquerda vêm convergindo em aspetos essenciais e, assim, viabilizado uma governação que, em diversos aspetos importantes, se distingue da que a direita impôs.



Sobre o despacho de organização do ano letivo 2016/17

Avanços verificados com a negociação não dispensam professores de continuar a lutar!

Em termos globais, há alterações de sinal positivo (+) outras, não tendo sido modificadas, constituem situações de sinal negativo (-) relativamente às quais é necessária toda a disponibilidade dos professores para continuar a lutar. Para além disso, é necessário que os professores se mantenham atentos e, em caso de dúvida sobre a legalidade do horário que lhe foi atribuído, deverão de imediato consultar o seu Sindicato.



1 Impõe que as duas (2) horas da **direção de turma** sejam imputadas à componente letiva (no anterior despacho as direções tinham o poder discricionário de atribuir ou não esses tempos no âmbito da componente letiva, ainda que os mesmos não devam sair do crédito de horas das escolas, mas atribuídos para além dele);

2 Regulariza, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo, o **regime de docência no 1.º ciclo**, garantindo que o mesmo terá carácter globalizante (os professores titulares de turma passarão a ter de estar sempre com os seus alunos, o que inviabiliza uma prática de muitos agrupamentos que usavam as horas de coadjuvação, por exemplo, para desviarem os professores para outros serviços, por vezes obrigando-os a "saltitar" entre escolas e turmas);

3 Estabelece que as **atividades curriculares** diárias do 1.º CEB decorrerão em turno único (tal impedirá que as AEC possam interromper o período curricular da turma, fazendo-o estender para horas tardias);

4 Acaba com a **discriminação** entre escolas/agrupamentos que decorria da relação entre as classificações obtidas pelos alunos em exames nacionais e o número de horas do crédito horário atribuído (esta injusta norma levava a que as escolas com mais e maiores problemas, por norma, alheios à sua organização, fossem as que menos horas de crédito tinham);

5 Assegura que o **tempo de deslocação entre escolas**, realizada no mesmo dia, é registado no horário de trabalho dos docentes;

6 Todas as turmas são consideradas para efeito do **cálculo do crédito de horas**, incluindo as do 1.º CEB e as de respostas educativas profissionalizantes (ficando também garantido, nos casos em que se verifique uma redução do crédito global relativamente ao executado em 2015-16, a sua reposição, desde que, fundamentadamente, as escolas/agrupamentos assim o requeiram);

7 Atribuição de mais 4 horas de crédito, a integrar no horário letivo dos docentes, para o exercício das funções de **professor tutor** (desta forma, apesar de, certamente, ainda ser insuficiente, é aliviada uma carga que era muito sentida pelos docentes nas escolas em que estas funções, na prática, já eram atribuídas, em exclusivo, na componente não letiva a nível de estabelecimento);



1 Não resolve os problemas que decorrem da indefinição/confusão instalada sobre os conteúdos da **componente letiva** e da **componente não letiva** de estabelecimento (esta não clarificação tem permitido, em anos anteriores, todo o tipo de abuso, devendo os professores, em caso de dúvida, colocar a questão ao seu Sindicato);

2 Mantém-se a sobrecarga decorrente do **excesso de turmas** e/ou excesso de níveis por professor, um dos fatores de maior desgaste profissional nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário;

3 Não são considerados no âmbito da componente letiva, ao contrário do que acontece nos restantes níveis de educação e ensino, os **intervalos do 1.º ciclo** do ensino básico, provocando, consequentemente, o agravamento significativo do horário de trabalho letivo destes docentes (o Ministério da Educação comprometeu-se a resolver este problema no quadro da revisão curricular, cujo debate público e negociação quer iniciar brevemente, mas não basta esperar, é necessário continuar a exigir a reposição do intervalo na componente letiva de onde, com o governo anterior, foi retirado);

4 Mantém-se a situação de prestação de **tempos remanescentes** nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário com horários estruturados em blocos de 45/90 minutos, de difícil gestão e que não se integram numa gestão regular, contínua e útil do exercício de funções docentes (é ilegal a aplicação dos regimes de bancos de horas ou adaptabilidade aos horários dos professores, pelo que a alteração dos mesmos, por exemplo, no 3.º período, para utilização dos tempos remanescentes deverá ser imediatamente comunicada pelos professores ao seu Sindicato);

5 Não prevê a dispensa de turma de **coordenadores de estabelecimento do 1.º CEB** em escolas com menos de 250 alunos, mesmo que estas escolas/agrupamentos possuam 8, 9, 10 ou mesmo mais turmas (para além de ser uma injustiça no plano do tratamento igual de situações iguais, corresponde a um dos problemas mais focados pelos professores e que urge resolver).

Conclusão:

Apesar dos avanços verificados, da correção de alguns aspetos muito negativos constantes em anteriores despachos e de indiciar a recuperação de condições soluções que melhoraram as condições para o exercício de funções docentes, este despacho contém, também, aspetos negativos ou insuficiências que exigem que continuemos a encontrar disponibilidade para lutar pelos objetivos ainda não atingidos e que serão essenciais para que melhorem as condições de trabalho dos docentes e se eleve a qualidade do ensino. ●

Mobilidade por doença

Processo negocial FENPROF/ME com saldo muito positivo

VÍTOR GODINHO (Membro do SN da FENPROF)

A FENPROF aprecia muito positivamente o processo negocial que desenvolveu com o ME em torno da aprovação de um novo despacho regulador da mobilidade por motivo de doença.

Relembra-se que a primeira versão de despacho apresentada pelo ME continha diversas disposições que, a serem aplicadas, inviabilizariam a concretização do direito à mobilidade a um número elevado de docentes que dela efetivamente necessitam. Neste âmbito salienta-se a limitação, a 5, do número de docentes a destacar por escola, cruzada com a ordenação dos assim transformados "candidatos" por inaceitáveis prioridades e graduação e com a imposição de números mínimo (3) e máximo (10) de códigos de escolas para os quais se solicitava a mobilidade.

De tudo isto o ME abdicou, como deixou claro em ata negocial final que assinou, tendo ainda aceitado introduzir um conjunto de outras propostas da FENPROF no texto final do despacho a publicar, destacando-se as seguintes:

- Consagração da possibilidade de ocorrerem deslocações entre escolas localizadas no mesmo concelho, desde que situadas em localidades distintas;

- Fica claro que os docentes dos quadros de zona pedagógica poderão apresentar pedidos de mobilidade por doença para a escola onde já se encontrem colocados em resultado dessa forma de mobilidade;

- Reforço dos mecanismos de controlo dos pedidos de mobilidade apresentados, seja no que respeita à confirmação das situações de doença através da submissão a junta médica, seja no que concerne à verificação, pela IGEC, das situações de facto e das relações de dependência de apoio declaradas, quando for esse o caso.

Destaque, ainda, para a garantia deixada pelo ME de o concurso de mobilidade interna conhecer o seu resultado antes de autorizados quaisquer pedidos de mobilidade por doença, o que significa que, como era objetivo da FENPROF, a mobilidade por doença não determinará

a supressão de quaisquer horários apurados para efeito de concurso.

Contudo, nem tudo é positivo. Já depois de encerrado o processo negocial, o governo decidiu, incompreensivelmente, submeter o correspondente projeto de despacho a consulta pública por um prazo de 30 dias, decisão que, no mínimo, põe em dúvida se o texto final a publicar corresponde ao teor do que foi negociado e acordado com as organizações de professores!

Agilização de procedimentos

Além disso, o atraso na publicação do despacho que esta decisão comporta poderá impor dificuldades na instrução dos pedidos de mobilidade, dado que muitos médicos que acompanham as situações de doença invocadas pelos docentes implicados poderão estar já em gozo de férias, situação que levou a FENPROF a dirigir-se ao ME no sentido de reivindicar uma agilização de procedimentos capaz de ultrapassar este problema. ●



Despacho de organização do ano letivo - o 1º Ciclo

Processo negocial mantém medidas que obrigarão à intervenção dos professores

MANUEL MICAEL (membro do SN da FENPROF)

Na sequência do processo negocial prévio à publicação do Despacho Normativo n.º 4-A/2016, de 16 de junho, relativo à organização do ano letivo 2016/17, consideramos que este documento apresenta alguns avanços relativamente ao anterior. Mantêm-se, no entanto, insuficiências e aspetos negativos que a FENPROF assinalou na ata final da negociação.

Subscreve Abaixo-Assinado “1.º Ciclo exige respeito!” em www.fenprof.pt

Do diploma publicado, no que respeita ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, a FENPROF considera que se verificaram avanços nos seguintes pontos:

- O respeito pelo caráter globalizante do 1.º Ciclo, uma vez que as situações vividas em muitas escolas (afastamento dos titulares das turmas nos momentos de coadjuvação; permuta forçada entre disciplinas; atribuição aos titulares de turma de apenas algumas áreas) deram lugar a inúmeros abusos e à desregulação completa dos horários de trabalho em muitos agrupamentos;
- A presença dos titulares de turma durante os períodos de coadjuvação, que além de pedagogicamente acertado, significa que essas horas não irão sobrecarregar ainda mais os professores com apoios ou outras atividades;
- O desenvolvimento dos tempos curriculares sem interrupção não havendo AEC entre eles;
- As turmas do 1.º CEB serem consideradas em pé de igualdade com as dos restantes níveis de ensino, para efeitos do

cômputo do crédito global de horas de cada agrupamento;

- A garantia de que o tempo despendido em deslocações entre escolas do agrupamento será considerado no âmbito do horário de trabalho.

A FENPROF considera, no entanto, que há um conjunto de insuficiências e aspetos negativos que se mantêm dos despachos que vigoraram em anos anteriores.

A alteração de tais aspetos deverá, por isso, continuar a ser objetivo da ação e da luta dos professores.

A FENPROF bateu-se pela inclusão dos intervalos na componente letiva dos professores, o que não aconteceu. No entanto, na ata negocial, o ME alegou que a manutenção da situação atual “resulta da necessidade de articulação dos tempos letivos com o legalmente disposto” e que procurará, “num futuro próximo, promover as soluções normativas que se mostrem adequadas para ultrapassar essa situação.” Esta é, portanto, uma luta que temos de manter.

A dispensa da titularidade de turma apenas a coordenadores de estabelecimentos frequentados por mais de 250 crianças e alunos significa que em escolas com oito, dez ou mais turmas só excepcionalmente se verificará.

A FENPROF continua a exigir que a coordenação de estabelecimento dê lugar a redução de componente letiva (logo, à dispensa de titularidade de turma), não em função do número de alunos, mas de turmas, sendo que um estabelecimento com cinco ou seis turmas exige já um trabalho que dificilmente se articula com a titularidade de uma turma.

Embora passe a estar previsto o desenvolvimento dos tempos curriculares sem interrupções, este documento não garante que as AEC sejam desenvolvidas exclusivamente após a componente letiva.

Sabe a pouco...

Corrigiram-se algumas situações e alteraram-se outras. Mas o que se obteve sabe a pouco e deixa um travo amargo na boca por não termos conseguido ir mais além na correção de injustiças (designadamente as questões relacionadas com os intervalos e a redução do horário letivo dos coordenadores de estabelecimento) e na clarificação de outras (o que é componente letiva e o que é da componente não letiva de estabelecimento...).

Temos de continuar a insistir com o ME no sentido de serem alteradas as soluções negativas fixadas neste novo despacho. É uma justa exigência. Lutemos por ela.

Nota adicional: Os docentes do 1º CEB com mais de 60 anos podem continuar a usufruir das 5 horas de redução da componente letiva previstas no art.º 79º do ECD. Ao requererem essa dispensa não terão turma atribuída. ●

Representante da AEEP “incomodado”...

Recomendação do CNE sobre “A condição docente e as políticas educativas”

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou uma importante Recomendação sobre “A condição docente e as políticas educativas”, que pode ser consultada online, em http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao_Condicao_Docente_final.pdf.

Esta Recomendação, foi construída no âmbito da 5.ª Comissão Especializada, coordenada pela Dr.ª Maria da Conceição Castro Ramos, e aborda alguns dos problemas que os professores mais sentem, desde logo:

- O elevado desgaste físico e psicológico provocado pelo exercício continuado da profissão docente;
- A multiplicidade de tarefas que aos professores estão atribuídas desviando-os do essencial, que é o trabalho com os seus alunos;
- A necessidade de reduzir as tarefas burocráticas que aos docentes estão cometidas;
- A garantia de carreiras profissionais valorizadas e de horários de trabalho menos violentos e compensados por reduções horárias por antiguidade, de forma a compensar o desgaste dos profissionais.

Esta Recomendação, obviamente, não distingue professores de escolas públicas ou de estabelecimentos particulares e cooperativos porque, sendo todos professores, a todos se dirige o documento aprovado. Essa foi a intenção da sua elaboração, tendo a FENPROF, que participou na comissão que propôs a Recomendação, tido uma intervenção relevante na sua redação, sempre com essa preocupação.

Como é bem sabido, com o objetivo de garantir lucros elevados, as entidades empregadoras privadas, através da sua associação e em convergência com organizações sindicais da UGT, impuseram normas muito mais gravosas aos professores – horários de trabalho mais carregados, carreiras menos valorizadas, salários mais baixos, para além de todos os procedimentos que os professores sabem que, mesmo à margem das leis e da convenção setorial, lhes são impostos –, tendo a FENPROF recusado assinar tal convenção, pois, verdadeiramente, é ela que tem estado, de então para cá, na origem de despedimentos, de reduções salariais e de outras medidas que são inaceitáveis.

Esta Recomendação foi votada em sessão plenária do CNE no passado dia 8 de junho e



Recomendação do CNE aponta a necessidade de reduzir as tarefas burocráticas atribuídas aos docentes.

só não foi aprovada por unanimidade porque o representante da AEEP, Rodrigo Queirós e Melo, se absteve. Esta opção de voto, sendo legítima, é, no entanto, reveladora da posição das entidades patronais de colégios em relação aos professores que ali exercem a sua atividade. Para elas, os profissionais docentes não passam de instrumentos que usam para a obtenção dos seus elevados lucros. Para a FENPROF, os professores, tanto do público, como do privado, são Professores e, como tal, a todos deverão ser garantidas as mesmas condições de trabalho, designadamente ao nível dos horários, e as carreiras e salários deverão também ser equivalentes.

A FENPROF bater-se-á por isso e, no processo de aprovação de um novo Contrato Coletivo de Trabalho que abranja estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, sejam ou não escolas profissionais, a FENPROF defenderá sempre essa posição. ●

Ensino artístico

Solução à vista?

No momento em que fecha esta edição do JF, aguarda-se o desbloqueamento das verbas decorrentes do concurso extraordinário realizado e que se destinou a reforçar, em quatro milhões de euros, o financiamento das escolas de ensino artístico especializado.

A FENPROF reuniu no passado dia 29 de junho com responsáveis da Secretaria de Estado Adjunta e da Educação para conhecer as diligências que estão a ser feitas pelo ME nesse sentido. Na altura, a Federação já tinha alertado: “Se essas verbas não forem urgentemente desbloqueadas, em causa ficará o pagamento dos salários de julho e agosto, bem como do subsídio de férias devido aos docentes e outros trabalhadores dessas escolas.”

É urgente a imediata transferência de verbas para as escolas, o que permitirá satisfazer obrigações financeiras que se encontram em atraso e garantir o pagamento dos salários de quem nelas exerce atividade profissional.

Da reunião realizada na “5 de Outubro” resulta ainda o consenso sobre a necessidade de marcação de nova reunião, a concretizar oportunamente, com a presença da Secretária de Estado, Dr.ª Alexandra Leitão, na qual se aprofundará a reflexão sobre questões tão importantes como: o futuro modelo de ensino artístico para Portugal, bem como o seu financiamento; a indispensável reorganização da rede de estabelecimentos; as condições de trabalho dos docentes.

Grande precariedade

A delegação sindical presente, que integrou docentes de diversas escolas de ensino artístico especializado, além do Secretário Geral da FENPROF e da responsável do Departamento do Ensino Particular e Cooperativo, aproveitou a reunião para denunciar situações de grande precariedade que se vivem no setor, de más condições de trabalho impostas a professores e alunos e, ainda, de abusos que são cometidos em algumas escolas ou grupos privados que, aproveitando o agravamento do horário de trabalho previsto no contrato coletivo de trabalho que a AEEP e organizações da UGT assinaram, reduziram em quase quatrocentos euros os salários dos docentes. ●



impressões

JOÃO LOUCEIRO (membro do SN da FENPROF)

Prosseguir a luta pela Escola Pública!

Gestão, condições de trabalho, precariedade, carreira, aposentação...

A revisão do modelo de administração e gestão é uma necessidade gritante, demonstrada pelos efeitos nocivos que o tempo confirmou, em resultado das alterações legislativas que expulsaram a democracia do funcionamento e da organização das escolas. Aos professores e educadores que se defrontam, no dia-a-dia, com tais efeitos, caberá dar força a este combate.

A reconstituição de uma arquitetura respirável do quotidiano profissional, no quadro da urgente melhoria das condições de trabalho, é uma frente reivindicativa central para quem defende a qualidade da Educação e da Escola Pública. Os professores e educadores serão os protagonistas insubstituíveis – e terão de ser muito fortes! – para a reversão das medidas que vêm degradando condições de trabalho mas, também, para que avancem outras que aquela qualidade reclama.

A dignificação da profissão exige medidas concretas. É outra frente que acabaria sem desenvolvimentos sensíveis, caso não houvesse um consciente empenho e envolvimento reivindicativo dos docentes. Há questões que, sendo distintas, convergem para a depauperação da condição docente e que não se resolverão, mesmo na situação que afastou a direita do poder, sem uma firme pressão reivindicativa.

O descongelamento das carreiras – que os professores e educadores nunca poderão aceitar que venha a acontecer no quadro da “tabela remuneratória única” –, a rejeição da abusiva precariedade que grassa na profissão, e que é um instrumento para a sua desvalorização, e a adequação das condições de exercício e de aposentação ao desgaste que, reconhecidamente, se acumula com o exercício prolongado da docência, são eixos de um querer e de uma luta que terá de unir e movimentar todos, dos mais aos menos novos.

Este final de ano letivo foi marcado – marca importantíssima, indelével! – pela ampla luta de afirmação e defesa da Escola Pública. Ela não poderá abrandar. Como se

viu na extraordinária Marcha de 18 de junho, congrega diversificados e maioritários setores da sociedade; não é só dos professores e educadores mas é uma luta na qual estarão, como se compreende, obrigados a um papel destacado.

Haverá, porventura, quem ainda não tenha entendido que será, necessariamente, neste enquadramento, o da grande afirmação da Escola, que outras reivindicações, de incontestáveis legitimidade e necessidade, abrirão caminho, requerendo (sempre!) a intervenção coletiva dos professores e educadores. Estas e outras reivindicações não são um desiderato corporativo; outrossim, correspondem a mudanças necessárias para mais e melhor Escola Pública, incluindo aqui a indispensável valorização da condição docente. Há problemas que não se resolverão enquanto sobreviverem políticas que atacam e diminuem a Escola Pública.

Aliás, as consequências das políticas contra a Escola Pública e os seus profissionais foram caldo político aproveitado, de imediato, para, também no ensino privado, sobrecarregar condições de trabalho e desvalorizar os seus profissionais.

A aplicação direta de medidas como, por exemplo, as alterações curriculares ou o aumento do número de alunos por turma, não fizeram estragos circunscritos à Escola Pública. Facilitaram o despedimento de muitos docentes por entidades patronais, mesmo as que mantiveram ou, até, viram reforçado o financiamento público da sua atividade por via de contratos de associação.

O referido caldo político alentou, ainda, outras formas de intensificar a exploração dos docentes e de promover mais despedimentos, como aconteceu com o contrato coletivo, acordado entre a AEEP e a FNE, que atacou a sua carreira e os salários e aumentou muito significativamente as cargas letivas dos horários semanais. Para isto, muito contribuíram as repugnantes normas de caducidade da contratação coletiva que o atual governo ainda mostrou querer corrigir.

A luta continua, pois. E esta certeza não responsabiliza, apenas e de forma mais ou menos abstrata, o coletivo... Responsabiliza, individualmente, cada um de nós pela força, legítima e transformadora, que daremos às nossas reivindicações. No centro dessa luta e da atitude que se exige, cabe por inteiro o lema do recente Congresso Nacional de Professores: **“Valorizar a Profissão; Reafirmar a Escola Pública”**. Nada menos do que tudo isto! ●

“

Os professores e educadores serão os protagonistas insubstituíveis – e terão de ser muito fortes! – para a reversão das medidas que vêm degradando condições de trabalho mas, também, para que avancem outras que aquela qualidade reclama.



duas palavras

LUÍS LOBO (luis.lobo@sprc.pt)

Os senhores do saco sem fundo

Não tenho parado de me surpreender nas últimas semanas com o surgimento de mecenas, beneméritos ou outros contribuintes para a causa do ensino privado em Portugal, sejam eles gente rica e com recursos, sejam associações financiadas pelo Estado para satisfação de necessidades sociais (o que me parece despoletar um conflito de interesses), seja a própria Igreja, a acreditar nas notícias que têm vindo a público.

Colocam-se, por isso, contraditoriamente algumas questões de que saliento: primeiro - o anúncio da falta de financiamento de contratos de associação para um serviço que a Escola Pública pode e deve garantir suscitou ameaças de despedimentos colectivos, de desobediência civil, eu sei lá que mais! Segundo - de repente, o dinheiro que não havia apareceu e sócios destas empresas de Educação “chegaram-se à frente” e dizem agora que os miúdos vão ficar e sem pagar. Nuns casos a reestruturação irá fazer-se através de despedimentos, já não por falta de alunos,

mas sim (como sempre se desconfiou) por vontade dos patrões. Noutros, reconvertem-se as instalações e ainda em outros, afinal, fica tudo na mesma, excepto que quem assume a despesa são os proprietários (alguns, novos gestores) que precisavam do dinheiro do Estado, mas agora já não.

Apetece-me perguntar duas coisas (para manter a lógica do número dois, pouco ortodoxa): Terá o Estado (acima das suas possibilidades) financiado colégios com dinheiros de todos e, afinal, esse dinheiro a mais está bem guardado, não nos cofres do Estado, mas sim no saco sem fundo dos operadores privados? Ou... A falta de dinheiro afinal não existia porque têm capacidade de se autofinanciar, questionando-se as caras de parvos com que todos ficamos a olhar para isto tudo?

Acho mesmo que a coisa é bem pior do que parece. Vou ser breve, tendo em conta o espaço reservado para este texto e a vossa paciência. Primeiro atira-se com os pais e os alunos e (obrigando-se) os professores para os cornos do touro. É preciso dar a imagem

de que todos defendem a posição do chefe. Utilizou-se como expediente a mentira, afirmando que aquelas escolas também eram públicas e ignorando que estamos a falar do Estado que vive do dinheiro de todos nós. Para as famílias seria uma fatalidade. Depois de várias tentativas fez-se acreditar que a catástrofe seria enorme e que a culpa seria da FENPROF que se tinha aliado àquela maldita secretária de Estado. Vozes mais excitadas, que, no clímax da verborreia, ignoravam em que país estávamos, até vieram defender “feche-se o público onde houver escolas privadas!”. Os ânimos exacerbaram-se! E agora? Com tanta pedalada, que fazemos? – discutiram entre si os donos dos colégios. Arranjaram-se financiadores de uma resposta que pode correr mal. E quem vai sofrer com isto tudo? As famílias e as crianças e jovens. Só não vão porque, se, a meio do ano, parar este truque de pressão, o Estado vai, mais uma vez, estar lá para aparar o golpe. E os senhores do saco sem fundo vão sussurrar: havemos de voltar! ●



Cartoon Henrique Monteiro

É urgente encontrar respostas

Movimento sindical alerta para a situação dramática em que vivem muitos desempregados



Mais do que falar no desemprego é preciso encontrar resposta urgente para a situação dramática em que vivem muitos dos desempregados, entre os quais se encontram docentes dos vários setores de ensino e investigadores.

Em maio de 2016 apenas 43,7% do total de desempregados inscritos nos centros de emprego beneficiaram de prestações de desemprego, quando em maio de 2015 a cobertura era de 50,7%. Isso significa que, em maio, existiam 301 mil desempregados sem proteção no desemprego, alerta a CGTP-IN.

Na realidade, observa a Central, serão muitos mais, uma vez que muitos desempregados não se inscrevem nos centros de emprego precisamente por não terem acesso a estas prestações sociais, uns porque, devido ao desemprego de longa duração, esgotaram o tempo de atribuição; outros, nomeadamente os mais jovens, devido à precariedade do emprego que não permite atingir o período de garantia mínimo neces-

sário ao acesso. Assim, apenas 11% dos menores de 25 anos inscritos nos centros de emprego são beneficiários de subsídios de desemprego, percentagem que também diminuiu face a Maio do ano passado (era cerca de 13%).

Valor médio das prestações a baixar

“As alterações realizadas desde 2010 nas prestações sociais (por via das mudanças na condição de recursos) e no subsídio de desemprego (com a diminuição do tempo de atribuição) tiveram como efeito a descida da taxa de cobertura em mais de 20 pontos percentuais em apenas seis anos”, regista a CGTP-IN, que acrescenta:

“Em maio de 2010 as prestações do desemprego chegavam a 65% dos desempregados registados nos centros de emprego.

Por outro lado, o valor médio das prestações tem vindo a baixar fruto de cortes nos subsídios e também do abaixamento

geral dos salários. Passou de cerca de 467 euros em 2010, um montante já em si baixo tendo em conta o custo de vida e o salário médio, para 449 euros em maio de 2016, um valor pouco acima do limiar de pobreza (422 euros).”

Esta situação, prossegue a Central sindical, “tem consequências profundamente negativas para os desempregados e suas famílias.

Além da instabilidade, insegurança e angústia que uma situação de desemprego acarreta, os desempregados estão mais sujeitos à pobreza e à exclusão.

Com efeito, 42% são mesmo pobres após as transferências e apoios sociais. Uma percentagem que é quatro vezes a de quem está a trabalhar, havendo outras consequências familiares e mesmo psíquicas que não se podem ignorar.”

Enorme perda para o país

O desemprego representa ainda uma enorme perda para o país, pois desperdiça o conhecimento, a experiência e o saber fazer destes trabalhadores.

Para a CGTP-IN, é preciso combater o desemprego e romper com o modelo de exploração e empobrecimento, valorizando o trabalho e os trabalhadores, as profissões e os saberes, e lutar contra os condicionamentos internos e externos que impedem o aumento do investimento e o crescimento.

É necessário rever o sistema de proteção social no desemprego, nomeadamente:

- Eliminar os fatores de redução do valor das prestações que foram introduzidos;
- Aumentar o tempo de concessão do subsídio de desemprego, em particular nos grupos etários mais elevados;
- Alterar o regime de acesso ao subsídio social de desemprego, de modo a permitir uma maior cobertura dos trabalhadores com vínculos precários, bem como prolongar o tempo de concessão deste subsídio, a fim de reduzir o número de pessoas sem qualquer proteção social no desemprego, conclui a Intersindical Nacional. ●



**Jornada histórica
em Lisboa:**

**80.000 pessoas
uniram vozes
na Marcha
em defesa da
Escola Pública**





18 junho 2016 A Marcha a par e passo

80.000 pessoas, oriundas de todas as regiões do país, uniram vozes naquela que foi a maior iniciativa até hoje realizada especificamente em defesa da escola pública portuguesa. O desfile entre o Marquês de Pombal e o Largo do Rossio durou três horas. | JPO

Durante a manhã

Começam a chegar a Lisboa participantes na Marcha oriundos de todos os distritos do continente. A comunicação social cita declarações de Mário Nogueira à Lusa, em que o Secretário Geral da FENPROF reafirma: "É uma marcha da diversidade. Não é uma marcha de uma cor só, é uma marcha de todas as cores, é uma marcha da diversidade e da democracia e, quando assim é, acho que vai ser uma festa em torno da escola pública, que bem merece que as pessoas a saúdem e que a defendam".



12h12

Chega a Santa Apolónia o comboio nº 1 do Norte, que partiu de Braga, com paragens no Porto, Gaia, Espinho e Lisboa. Do Porto saíram outros comboios com participantes na Marcha. O Norte está em força na capital.

Ao fim da manhã

Centenas de autocarros, oriundos de todas as regiões, já estão estacionados em locais estratégicos da cidade de Lisboa. Muitos dos viajantes são deixados na zona do Marquês

de Pombal. Confirmam-se as previsões meteorológicas: o sol aquece Lisboa.

13h00

O Secretário Geral da FENPROF e outros elementos da organização estão disponíveis para declarações à imprensa no Parque Eduardo VII, junto à tribuna da Marcha.

14h30

A zona do Marquês de Pombal regista já uma excelente moldura humana. Há quem procure as (poucas) sombras enquanto a iniciativa não arranca. As carruagens do Metro (particularmente a linha amarela) estão a chegar repletas de participantes ao Marquês.

14h35

Os primeiros panos de maiores dimensões começam a surgir na rotunda do Marquês. Muitos professores, de todo o país, estão presentes, assim como membros de estruturas associativas e sindicais de vários setores. O Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes é uma das organizações sindicais representadas no desfile.

14h45

Continuam a chegar autocarros à zona do Marquês, que assim se "juntam" à frota das viaturas de turismo muito procuradas pelos estrangeiros nesta altura do ano. Junto à tribuna e no desfile encontram-se alguns dos primeiros subscritores (por exemplo: António Teodoro, docente universitário, ex-Secretário



Mário Nogueira



Diogo Mendes



Helena Roseta



Isidoro Roque



Ana Sesudo



Ana Benavente



Arménio Carlos

Geral da FENPROF; Daniel Oliveira, jornalista; Santana Castilho, docente universitário) que lançaram a Petição em defesa da Escola Pública entregue na Assembleia da República e no Ministério da Educação.

15h00

O Marquês de Pombal apresenta já uma multidão, que grita palavras de ordem como “Escola Pública, sim! Privatização, Não!” ou “Educação é um direito não é um negócio”.

Chega um grupo de bombos de Lamego e com eles mais animação e ritmo. Várias Uniões Sindicais (estruturas da CGTP-IN) assinalam a sua presença ativa nesta Marcha.

15h02

Da tribuna da Marcha, **Mário Nogueira** dirige uma breve saudação aos participantes, apresentando os oradores já presentes na tribuna. O Secretário Geral da FENPROF reafirma que esta Marcha não é contra ninguém, mas pela escola pública, democrática e de qualidade, para todos. “É uma afirmação clara de milhares de cidadãos, por uma escola que tem sido mal tratada”, lembrando especialmente a ofensiva desenvolvida ao longo de quatro anos pelo Executivo PSD/CDS.

Esta é uma Marcha de afirmação e exigência. Afirmação de apoio e em defesa da Escola Pública de qualidade, em que diversidade de oferta e inclusão são, entre outros, princípios basilares; exigência de financiamento adequado da Escola Pública para que ela possa cumprir o importantíssimo papel que a Constituição da República lhe atribui e a sociedade portuguesa lhe reconhece, como destacou Mário Nogueira.

Ao tão amplo consenso que está criado em torno da Escola Pública não é alheio o facto de esta, nos últimos tempos, ter sido injustamente acusada de ter qualidade inferior ou custo elevado, acusações que são falsas e extremamente injustas para os seus profissionais.

A este propósito, o dirigente sindical recorda que já em 2012 o Tribunal de Contas, quando considerou que deveria reequacionar-se a manutenção dos contratos de associação, alertava para o facto de o custo por aluno nas escolas públicas aumentar devido ao subaproveitamento da rede, problema que é de resolução simples, bastando que se aproveite essa mesma rede, sendo eliminadas as situações de contratualização com privados que implicam duplicação da despesa. E a propósito de custos, esclarece: “O Orçamento do Estado, entre 2001 e 2016, financiou em 4.464,4 milhões de euros o ensino privado”.

A Escola Pública em Portugal, comenta Mário Nogueira, foi aquela que formou a geração mais qualificada do país que, infelizmente, devido às medidas de austeridade impostas foi obrigada a emigrar em grande número.

15h10

Começam as intervenções da Marcha: Diogo Teixeira Mendes, Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária Lima de Freitas (Setúbal); Helena Roseta, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa; Isidoro Roque, da Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais (FERLAP); Ana Sesudo, Presidente da Associação Portuguesa de Deficientes (APD); Ana Benavente, docente e investigadora; e Arménio Carlos, Secretário Geral da CGTP-IN.

Diogo Mendes realça a importância de uma escola pública aberta a todos, sem preconceitos ou discriminações.

“A nossa escola pública pode não ensinar equitação, mas desenvolve projetos que forma os alunos e os prepara para o futuro”, sublinhou o jovem de Setúbal, que chama a atenção para a necessidade de investir na escola pública. “Não fomos pressionados para estar aqui nesta Marcha”, refere o dirigente associativo.

“Todas as pessoas de boa fé estão com a escola pública”, destaca **Helena Roseta**, que comenta mais adiante, a propósito da Constituição da República (que “está viva e de boa saúde”): “Está lá escrito que temos um Estado de Direito, não um Estado de direita”... “Porque é que o nosso dinheiro tem que financiar alguns colégios, em vez de se investir na rede pública que é para todos?”, interroga a Presidente da AM de Lisboa. “Queremos uma escola pública excelente”, destaca Helena Roseta.

“A escola pública é a única que garante qualidade, universalidade e gratuidade”, sublinhou **Isidoro Roque**.

O responsável da FERLAP (federação que representa cerca de 50 por cento do universo das associações de pais e encarregados de educação do país) destaca noutra passagem que “a escola pública é um investimento no futuro”, lembrando, a propósito, as políticas de educação nos países mais desenvolvidos. “Nunca desistiremos da escola pública”, conclui.

Ana Sesudo lembra que a escola pública “é uma escola sem interesses escondidos”, lembrou o 25 de Abril e o “abrir de portas a direitos fundamentais como o da educação”. “Fiz a minha escolaridade no ensino público, no Baixo Alentejo, onde, apesar das dificuldades, me asseguraram uma educação de grande qualidade, com professores empenhados”, recorda a dirigente da APD. A mais qualificada resposta em termos de inclusão vem da escola pública, sublinhou Ana Sesudo, que aponta números bem expressivos: 87 por cento dos alunos com necessidades educativas especiais (mais de 68 000) estão no ensino público.

“Sem educação não há desenvolvimentos”, reafirma **Ana Benavente**. A verdadeira democracia, salientou noutra passagem, implica “afirmar a educação para todos”.

O privado é complementar. Não tem que ser pago por todos, lembra a docente

universitária, que alerta contra os “crimes” que se praticam contra a escola pública, onde situações como a gestão não democrática, os mega-agrupamentos, as condições de trabalho e a avaliação das aprendizagens exigem respostas dinâmicas e coerentes. “Com desconfianças em relação aos professores não se constrói a qualidade da escola”, observa Ana Benavente, que deixa um apelo nesta grande Marcha: “Trabalhem sobre Educação”, que “é uma área fundamental da sociedade”.

As lutas do movimento sindical unitário pela valorização das funções sociais do Estado estiveram presentes na intervenção de **Arménio Carlos**. “PSD e CDS não vêm com bons olhos esta manifestação. E nós percebemos. Esta é uma manifestação por uma escola pública que aposte na coesão social”. “Estão aí novas ameaças... Falam de sanções. Então, temos que ser sancionados pelas políticas de cortes salariais, de aumento do desemprego e empobrecimento? Temos é que ser indemnizados!”.

“Não precisamos de mais austeridade. Precisamos, isso sim, é de mais desenvolvimento”, acrescentou o dirigente sindical. Enquanto fator de promoção da igualdade de oportunidades e também espaço de inclusão, a Escola Pública é a escola de todas as cores, de todas as crianças e todos os jovens, a escola que contribui para que, nas sociedades, se consolide a democracia também nos planos económico, social e cultural, destaca ainda Arménio Carlos.

15h56

Termina o período de intervenções no Marquês de Pombal. Já se fala de “dezenas de milhares de participantes”. Ao Marquês de Pombal e às ruas envolventes continuam a chegar mais pessoas. Nos placards eletrónicos na Avenida da Liberdade os termómetros apontam 31 graus. Em vários cartazes e panos, destacam-se preocupações como as relacionadas com o amianto em instalações escolares e com a situação no ensino superior (fundações e propinas).

16h01

Arranca a Marcha em defesa da Escola Pública, tendo como ponto de chegada o Largo do Rossio. Na cabeça da manifestação seguem elementos do primeiro grupo de subscritores que lançaram a Petição apoiada por mais de 71 000 cidadãos até ao momento da sua entrega no Parlamento e no ME e representantes das entidades que co-promovem esta Marcha.

“Unir vozes em defesa da escola pública” é a inscrição em destaque no pano de abertura. Muitos jovens marcam presença saliente no desfile. A luta contra a precariedade é registada no pano do Sindicato Nacional dos Psicólogos. Outro pano assinala a presença de cidadãos de Portalegre, outro reivindica uma escola secundária para a localidade de



Vialonga (concelho de Vila Franca de Xira) e outro ainda lembra que em Palmela a Secundária espera há mais de 20 anos pelo pavilhão desportivo. O Algarve também está representado. E também Braga, Coimbra e Loures, por exemplo. Assim como o MDM. Sem esquecer inúmeras escolas de diferentes regiões do país, incluindo a Secundária Camões, de Lisboa ou o Agrupamento de Escolas “A Lã e a Neve”, da Covilhã ou ainda a Secundária da Quinta do Conde.

16h43

A cabeça do desfile atinge os Restauradores. A escassos metros, já na ponta final da Avenida da Liberdade, Júlia Vale, do Secretariado Nacional da FENPROF, de microfone em punho, faz o ponto de situação da Marcha, incentiva palavras de ordem (“Melhor escola pública, mais justiça social” ou “Hoje e sempre a escola pública está presente”) e continua a mobilizar pessoas: “Deixa os passeios, junta-te à Marcha”. “Paz e Educação pela Escola Pública” – lê-se no pano do CPPC. Também o Alentejo tem forte representação.

16h54

A cabeça da Marcha entra, finalmente, no Largo do Rossio (foto). Na tribuna ali improvisada, Luís Lobo, do Secretariado Nacional da FENPROF, recorda os objetivos da iniciativa e lembra que “neste momento ainda temos

muitas pessoas no Marquês de Pombal”. “Escola pública é de todos, a privada é só de alguns”, “A educação é um direito, sem ela nada feito” “Duplicar o financiamento é esbanjar o orçamento” e “Dinheiro do Estado não pode ir para o privado”, são palavras de ordem que se continuam a ouvir na ponta final da Marcha. Várias Associações de Pais e Encarregados de Educação marcam presença saliente no desfile (Bombarral e Seixal são dois exemplos). Destaque também para o pano em que se exige “um por cento do Orçamento para a Cultura”.

17h00

Luís Lobo dá a palavra a representantes do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), Associação de Estudantes da Escola Secundária Santa Maria, de Sintra, e Associação Nacional de Professores Contratados, que dirigem breves saudações. Continuam a chegar manifestantes ao Rossio. Aplausos para os estudantes da Moita e para um grupo de cidadãos de Almada que exigem mais apoios para a rede pública de jardins de infância.

17h10

São referidas várias mensagens de solidariedade e apoio à Marcha, nomeadamente da Confederação Intersindical Galega (CIG/Ensino). O Movimento em Defesa da Escola



Pública também apresenta sua saudação aos participantes na iniciativa.

17h15

Continuam a chegar manifestantes ao Rossio, entre eles um grupo de cidadãos de Guimarães e professores da região centro.

17h20

Mário Nogueira faz um primeiro balanço da Marcha, considerando-a “a maior manifestação de sempre (realizada especificamente) em defesa da escola pública”, com 80.000 participantes. “Esta é uma resposta muito importante”, sublinha o Secretário Geral da FENPROF.

17h30

Continuam a chegar manifestantes. “Esta Marcha é mesmo extraordinária”, exclama Luís Lobo, no momento em que os participantes do Norte ainda estão na Avenida da Liberdade...

17h39

Entram no Rossio os últimos manifestantes. Uma das palavras de ordem mais ouvidas no Marquês de Pombal e durante o desfile volta a destacar-se nos momentos finais da jornada: **“A Escola Pública é de todos!”**. ●

Defender o que é nosso: a Escola Pública!

Perguntar-se-á por que razão, numa sociedade democrática, com uma Constituição que consagra a Escola Pública como prevalecente, de oferta universal, garantindo-a a todos os cidadãos, é necessário manifestarmo-nos em sua defesa. Na verdade, parece que bastaria à Escola Pública cumprir a sua missão para que tal se tornasse desnecessário.

A Escola Pública cumpre-a, e bem, ou não fosse nela que se formou a geração mais qualificada da sociedade portuguesa. Contudo, Portugal vive um momento muito especial que resulta da intenção de alguns, por razões financeiras e ou ideológicas, pretenderem colocar em pé de igualdade público e privado, exigindo que este último seja financiado por dinheiros públicos. Há até quem já defenda o encerramento das escolas públicas, o que deixaria completamente livre o terreno disputado pelos empresários do setor educativo.

É neste contexto que os portugueses que defendem a Escola Pública de qualidade, como a escola de todos e para todos, manifestaram publicamente a sua posição, dando força às políticas que a defendem. Assim, depois de entregarem na AR uma Petição com mais de 70.000 assinaturas, (no dia 18 de junho) realizaram uma Marcha que não contestou a existência de estabelecimentos particulares e cooperativos, mas reafirmou que:

1. A Escola Pública, sendo a escola de todos, é a que deverá estar no centro das políticas públicas;

2. À Escola Pública é devido um financiamento adequado às exigências de uma resposta que deverá continuar a ser diversificada e de qualidade;

3. Não deverá haver duplicação de despesa na Educação, pelo que não tem sentido contratualizar com privados quando existem respostas públicas;

4. A Escola Pública tem qualidade, refutando-se as acusações de falta de qualidade das suas respostas e do trabalho dos seus profissionais;

5. É estranho que alguns dos que hoje se afirmam preocupados com a eventual eliminação de postos de trabalho, durante os últimos quatro anos tenham convivido bem com a destruição de mais de 30.000

postos de trabalho, a esmagadora maioria em escolas públicas, fazendo aumentar em mais de 200% o desemprego docente e disparar os horários-zero nas escolas;

6. A liberdade de escolha é um direito das famílias que deverá associar-se ao dever de pagar quando a opção é por um colégio privado.

Se, em outros momentos, nos unimos e mobilizámos lutando pelos nossos direitos, hoje a luta assume igual ou maior importância, pois no centro da questão está a defesa da Escola Pública, logo, o futuro do nosso

País. Um futuro de progresso, desenvolvimento e bem-estar dos cidadãos e cidadãs exige uma Escola Pública capaz de garantir a todos o acesso ao conhecimento, à cultura, às artes, às tecnologias, à cidadania... É à Escola Pública que compete dar essa resposta(...). |

Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF ●



The screenshot shows a news article on the website of the International of Education (IE). The article is titled "Portugal: des milliers de voix s'élèvent en soutien à l'enseignement public" and is dated 24 Jun 2016. The text describes a massive march in Lisbon on June 18th, where approximately 80,000 citizens expressed their support for the public school system. It mentions that the march was organized by FENPROF, the Portuguese teachers' union, and that it was a response to government cuts in public education funding. The article also includes a photo of the march and a video player.

O boletim de informação on line da Internacional de Educação (IE) deu particular atenção à Marcha em Defesa da Escola Pública realizada em Lisboa. A reportagem da IE incluiu imagens e vídeo, destacando a forte afirmação de cidadania vivida no passado dia 18 de junho.



A Escola Básica de Cambres também esteve na Marcha em defesa da Escola Pública. Foi no dia 18-06-2016, no meio de 80.000 pessoas, num percurso desde o Parque Eduardo VII até ao Rossio. Mais um dia de formação cívica para os nossos pequenos estudantes e um dia em defesa dos direitos dos encarregados de educação. Assim se mostra a pujança de Cambres e a importância da nossa Escola, que também é pública, de qualidade e de sucesso! Assim se vê a força do futuro! Os pequenos cidadãos de Cambres lutaram pelos seus direitos, juntamente com o Grupo de Bombos da Comissão de Melhoramentos de Ferreiros, todos do concelho de Lamego. ●



Solidariedade dos professores da Galiza

A Confederação Intersindical Galega (CIG/Ensino) manifestou a sua solidariedade com os participantes na Marcha de 18 de junho, em Lisboa, em defesa da escola pública. Na sua mensagem, enviada ao Secretário-Geral da FENPROF, referem: "A defesa do ensino público como um direito fundamental e a obrigação de todos os governos de garantir este direito são dois dos muitos objetivos comuns das nossas organizações sindicais. Por isso, (...) vemos com agrado a Marcha de dia 18 e as medidas que adotadas pelo governo português para reduzir o financiamento público aos colégios privados. Uma medida pequena, mas importante, que não se teria adotado se não existisse um professorado consciencializado e uma FENPROF combativa e firme na defesa dos interesses coletivos, não só do professorado senão também da sociedade no seu conjunto. Somos cientes das pressões que nas últimas semanas estão a sofrer a FENPROF e todas as entidades e coletivos que defendem o ensino público em Portugal, mas também sabemos que isso não vos faz dar passos atrás." ●



IFUT (Irlanda) apoia a Marcha em Defesa da Escola Pública

O Secretário Geral da Federação Irlandesa de Professores Universitários, Mike Jennings, deu conta da sua solidariedade com a Marcha de 18 de junho em defesa da Escola Pública, desejando, para esta luta, os maiores sucessos. Expressando o sentir dos professores irlandeses em relação a esta matéria, Mike Jennings afirma: "O vosso combate é o nosso combate. A vossa vitória será nossa vitória". ●



Apontamentos de uma marcha memorável

- “Quando os primeiros manifestantes estavam a chegar ao Rossio, a cauda do desfile estava ainda no Marquês de Pombal, verificou a agência Lusa no local” | *Da imprensa*

- “Fala-se muitos dos pais mas há muitos avós que também são encarregados de educação...” | *Anónimo na Av. da Liberdade*

- “Nenhum democrata se pode calar perante as desigualdades sociais!” / Ana Benavente, na tribuna do Marquês de Pombal

- “Trata-se de uma ação (Marcha) indissociável da defesa das funções sociais do Estado, em que se denuncia o negócio que alguns querem manter e alargar à custa dos dinheiros públicos, designadamente dos que provêm dos

impostos suportados pelos rendimentos do trabalho.” | *Da resolução aprovada na última reunião do Conselho Nacional da CGTP- IN*

- “Esta foi a maior manifestação de sempre em defesa da escola pública”, afirmou Mário Nogueira. “Estamos em condições de dizer que hoje a escola pública trouxe a esta rua mais de 80 mil pessoas. Se usássemos o fator multiplicador que usaram há tempos numa outra manifestação éramos meio milhão...”, avançou o líder da FENPROF, debaixo de aplausos.” | *Observador*

- “É nas escolas públicas que a esmagadora maioria dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (87%) estuda, o que significa, e bem, a necessidade de professores de apoio,

entre outros profissionais e ajudas técnicas para os alunos, assim como a redução do número de alunos nas turmas os integram; nos colégios privados, apesar de os horários de trabalho dos docentes terem sido agravados em 20%, originando redução de professores e/ou salários, o financiamento manteve-se intacto, o que se traduziu em lucros acrescidos para os empresários do setor... não obstante estas duas realidades bem distintas e que deveriam proporcionar um custo inferior por aluno no privado, o que se passa é bem diferente.” | *Da nota do SN da FENPROF na sequência do estudo divulgado pelo economista e investigador Eugénio Rosa*

- “Esta Marcha bem merecia uma transmissão em direto nas televisões!” | *Anónimo na Av. da Liberdade* | JPO ●

Tribuna: afirmação cívica em defesa da escola de pública na preparação da Marcha



“Eles bem tentam atirar poeira para os olhos das pessoas, mas não vale a pena... já toda a gente percebeu o que está em causa. Chega de oportunismo e de negociata com a educação!” Emília Santos, 67 anos, antiga empregada dos Armazéns do Chiado, não arrancou pé do Largo Camões na tarde de 3 de junho. “Estas pessoas têm razão! O país inteiro devia ouvir estas palavras”.

As palavras a que se refere Emília Santos são as da Tribuna Pública, realizada em Lisboa, após cerca de três semanas em que por todo o país – em suporte de papel e on line – milhares de cidadãos e centenas de entidades, órgãos autárquicos e organizações da esfera cultural, associativa, política, social e sindical subscreveram a Petição/Abaixo-assinado.

A anteceder a Tribuna Pública, que registou centenas de participantes, a Petição, com as suas 71 124 assinaturas, foi entregue na Presidência da Assembleia da República, já ao princípio da tarde. Trata-se da maior que alguma vez deu entrada na Casa da Democracia.

O deputado Jorge Lacão (um dos vice-presidentes do Parlamento) recebeu a de-



legação da FENPROF que integrava Mário Nogueira, Secretário Geral; João Cunha Serra, presidente do Conselho Nacional; José Alberto Marques (SPGL), Júlia Vale (SPN), João Loureiro (SPRC) e Manuel Nobre (SPZS). Só por via eletrónica, a Petição já ultrapassou as 21.000 subscrições.

Não sob a forma de Petição, mas de Abaixo-Assinado, o mesmo texto foi entregue no Ministério da Educação, na Av. 5 de Outubro.

A afirmação cívica em defesa da escola pública, democrática, de qualidade e para todos, conheceu um momento muito expressivo com a realização desta Tribuna no coração da Baixa lisboeta, invadida por

muitos turistas. A curiosidade de alguns levou ao esclarecimento e ao diálogo com participantes na ação.

“Unir vozes em Defesa da Escola Pública”, foi o lema da iniciativa, que registou intervenções de muitos cidadãos: Raquel Varela, historiadora e investigadora; Manuel Pires da Rocha, diretor do Conservatório de Música de Coimbra e membro da Brigada Vítor Jara; Susana Silvestre, Sindicato Nacional dos Psicólogos; Norberto Pires, docente da Universidade de Coimbra; José Calçada, presidente do Sindicato dos Inspetores de Educação e Ensino; Isidoro Roque, Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais; Francisco Canelas, Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Cláudio Fonseca, estudante universitário; Diogo Reis, Movimento Escola Pública Todos Iguais; Ana Benavente, docente e investigadora; Santana Castilho, investigador e docente; Miguel Tiago, deputado do PCP; Ana Sesudo, Presidente da Associação Portuguesa de Deficientes (APD); Paulo Sucena, membro do Conselho Nacional de Educação e ex-Secretário Geral da FENPROF; Joana Mortágua, deputada do Bloco de Esquerda; Jorge Silva, dirigente da Confederação Nacional de Organismos de Deficientes (CNOD); Heloísa Apolónia, deputada do Partido Ecologista “Os Verdes”; José Correia, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL); Sofia Andrade, estudante do ensino secundário, de Faro; Arménio Carlos, Secretário Geral da CGTP-IN; Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF

À Tribuna chegaram ainda as mensagens de Albino Almeida (Presidente da AM de Gaia e ex-presidente da CONFAP), Daniel Oliveira (jornalista) e David Rodrigues (investigador, Presidente da Associação Pró-Inclusão), que, embora não podendo estar presentes, manifestaram a sua viva solidariedade com a iniciativa e com o vasto movimento de opinião em defesa da escola pública.

Nas últimas semanas o subsite da FENPROF dedicado à escola pública tem divulgado tomadas de posição de numerosas personalidades e entidades, incluindo órgãos autárquicos, estruturas associativas e culturais, organizações sindicais, movimentos cívicos, entre outros. | JPO •

unir
vozes

MARCHA em defesa da ESCOLA PÚBLICA

www.fenprof.pt/marchaescolapublica/



Só entre 2001/2016
Estado financiou o ensino privado com 4.464,4 milhões de euros e os privados querem mais...

EUGÉNIO ROSA (Economista)



No período 2001/2016, o orçamento do estado financiou o ensino privado com 4.406 milhões €, garantindo assim a transformação do ensino num negócio lucrativo para os privados à custa dos contribuintes

O quadro 1, construído com dados dos Relatórios do Orçamento de Estado de cada ano, dá uma ideia clara da dimensão do financiamento do ensino privado pelo Orçamento.

No período 2001- 2016, o Orçamento do Estado financiou o ensino básico e secundário privado lucrativo com 4.464,4 milhões €, o que serviu para corroer a escola pública por duas razões. Em primeiro lugar, porque centenas de milhões € foram retirados ao Orçamento do Estado destinados à Educação ficando menos para as escolas públicas, onde estão mais de 1,2 milhões de crianças portuguesas; em segundo lugar, porque, para que as escolas privadas tivessem alunos, ficaram escolas públicas sem alunos muitas delas a curta distância das privadas financiadas com dinheiros públicos, tendo o orçamento do Estado de continuar a suportar os seus custos fixos (por ex., salas não utilizadas).

Quadro 1- Financiamento do ensino básico e secundário privado pelo Orçamento do Estado

ANOS	Transferências do Orçamento do Estado para o Ensino Básico e Secundário Privado e cooperativo (Milhões €)
2001	223,6
2002	230,2
2003 (E)	250,0
2004 (E)	275,0
2005	306,0
2006	322,7
2007	313,6
2008	334,1
2009	353,1
2010	362,0
2011	268,9
2012	253,0
2013	238,0
2014	240,0
2015	239,9
2016	254,3
SOMA	4.464,4

Fonte: Relatório do Orçamento do Estado 2001-2016, exceto 2003 e 2004 (Estimativas)

Quadro 27 – Contratos de Associação

DRE	Valor contratualizado para 2009/2010				Por conta de Set. a Dez. 2009 (A)	Por conta de Jan. a Ago. 2010 (B)
	Valor inicial	Adenda (1)	Adenda (2)	Total		
DREAlé	4.303.849	4.444.804	0	4.444.804	1.753.152	2.691.651
DREC	86.576.982	1.867.236	62.379	88.506.596	31.412.133	55.164.849
DRELV	18.998.180	34.196.719	4.481.959	57.676.858	18.998.180	34.196.719
DREN	86.574.019	88.528.564	0	88.528.564	30.919.292	54.992.005
	196.453.030	129.037.323	4.544.338	239.156.823	83.082.757	147.045.225



Para o Estado e para os contribuintes significa a duplicação de custos.

Apesar de todo a campanha de manipulação em curso, em 2016, com o atual governo PS, o financiamento público das escolas privadas até aumentou (entre 2015 e 2016, passou de 239,9 milhões € para 254,3 milhões €), mas apesar disso as exigências dos grupos privados da educação não diminuíram. O que os preocupa é manter indefinidamente um negócio altamente lucrativo financiado com o dinheiro dos impostos dos portugueses.

O custo por aluno no ensino privado financiado pelo estado é superior ao custo por aluno no ensino público

Em 2012, o Tribunal de Contas realizou uma auditoria ao ensino básico e secundário com o objetivo de apurar o custo por aluno. Do relatório de auditoria (Relatório 31/2012), retiramos três quadros para reflexão do leitor. Começamos pelo custo por aluno pago pelo Estado no ensino privado (básico e secundário) que tem como base os chamados contratos de associação, agora tão referidos nos principais media que têm feito uma campanha de manipulação da opinião pública em defesa do ensino privado financiado pelo Estado com os impostos pagos pelos portugueses (basta ver a cobertura que dão às suas ações, a ausência de contraditório nas suas peças jornalísticas, e o “esquecimento” que a liberdade de escolha não deve ser feita/paga com dinheiro dos contribuintes). **No quadro acima** (Quadro 27 – Contratos de Associação em 2009/2010 – Pagamentos), constam os pagamentos feitos a escolas do ensino básico e secundário privado em 2009/2010

Embora seja de leitura difícil, o quadro que consta do relatório de auditoria do Tribunal de Contas revela que, no ano letivo 2009/2010, o Estado despendeu com o financiamento do ensino básico e secundário privado 239.156.793 euros, e que significou um custo por aluno de 4.522€. Portanto, 52.887 alunos tiveram acesso a escolas

NUTS II	1.º CEB	
	Valor (Atividade 191)	Alunos
Algarve	38.564.944,13	19.29
Norte	364.768.586,05	153.82
Lisboa	205.503.652,03	105.83
Alentejo	77.403.352,74	30.37
Centro	232.600.804,35	90.20
Total Geral	918.841.339,30	399.53

“Os dados do Tribunal de Contas são suficientes para que o leitor possa ficar a saber por que razão os privados querem o financiamento público pago pelos portugueses pois é um negócio altamente lucrativo: ao certo pago pelo Estado, podem ainda juntar o que os pais eventualmente pagarem.

privadas pagas pelo Estado, ou seja, com os impostos pagos pelos portugueses.

Observemos agora o “Quadro 31 – Custo médio por NUTS II” também constante do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas, mas referente ao ensino básico e secundário público 2009/2010. Nas escolas públicas de ensino básico e secundário estavam, no ano

Pagamento em 2009/2010 – Pagamentos

Pagamentos realizados				%	Custo por turma	Custo por aluno
	Acréscimo por conta de Adenda(s) (C)	Decréscimo por conta de Adenda(s) (C)	Total Pagamentos			
	140.954	0	4.444.804	2%	92.600	4.467
	2.318.958	-389.344	88.506.596	37%	107.281	4.656
	4.539.115	-57.156	57.676.858	24%	102.811	4.253
	2.646.768	-29.531	88.528.534	37%	113.208	4.583
	9.645.796	-476.031	239.156.793	100%	107.923	4.522

Quadro 31 – Custo médio por NUTS II

NUTS II	2.º e 3.º CEB/Ensino Secundário			Total			
	Custo médio	Valor (Atividade 192)	Alunos	Custo médio	Valor (Atividade 191 e 192)	Alunos	Custo médio
6	1.998,60	183.912.668,61	42.034	4.375,33	222.477.612,74	61.330	3.627,55
0	2.371,40	1.448.157.532,73	331.019	4.374,85	1.812.926.118,78	484.839	3.739,23
8	1.941,68	1.027.986.159,83	223.626	4.596,90	1.233.489.811,86	329.464	3.743,93
1	2.548,59	303.464.415,69	61.156	4.962,14	380.867.768,43	91.527	4.161,26
6	2.578,55	936.646.643,95	181.233	5.168,19	1.169.247.448,30	271.439	4.307,59
1	2.299,80	3.900.167.420,81	839.068	4.648,21	4.819.008.760,11	1.238.599	3.890,69

Custo médio	1.º CEB	2.º e 3.º CEB e Secundário	Ensinos Básico e Secundário
Resultante da execução orçamental dos estabelecimentos de educação e ensino	2.299,80	4.648,21	3.890,69
Resultante do acréscimo dos custos do EAE, do pessoal não docente financiado através dos contratos execução do FSM e da exclusão do desporto escolar	(acréscimo)	472,17	524,76
	(custo médio)	2.771,97	4.921,44

O custo médio por aluno nos estabelecimentos de educação e ensino do ME ascende a 4.415,4€, sendo o custo médio relativo ao 1.º CEB de 2.771,97€ e o correspondente aos 2.º e 3.º CEB e ensino secundário de 4.921,44€

letivo 2009/2010, 1.289.599 alunos, o que significava que os alunos em escolas privadas, mas financiados com dinheiros públicos, correspondiam apenas a 4,1% dos alunos das escolas públicas, e não a percentagem que o grupos privados pretendem fazer crer.

E o custo por aluno era de 3.890€. Mesmo adicionado o “acréscimo dos custos do EAE, do pessoal não docente financiado

através dos contratos execução do FSM e da exclusão do desporto escolar” que consta da 59 do Relatório, e que é de 524,76€ por aluno para o ensino básico e secundário, o custo final que se obtém – 4.415,45€ - era um valor inferior ao custo médio por aluno que o Estado estava a pagar no ensino básico e secundário privado como confirma também o quadro seguinte também

constante do Relatório de Auditoria 31/2012 do Tribunal de Contas. Estes dados do Tribunal de Contas são suficientes para que o leitor possa ficar a saber por que razão os privados querem o financiamento público pago pelos portugueses pois é um negócio altamente lucrativo: **ao certo pago pelo Estado, podem ainda juntar o que os pais eventualmente pagarem.** ●

Da Resolução sobre Ação Reivindicativa aprovada pelo 12.º Congresso da FENPROF

Orientações para a ação reivindicativa

(...) i) No que concerne à Escola Pública, necessitando esta de recuperar as condições de trabalho que tem vindo a perder, fragilizada por medidas como a extinção da gestão democrática, a constituição de mega agrupamentos, a redução ou eliminação de recursos indispensáveis, o empobrecimento das respostas educativas e formativas, a FENPROF decide:

- Propor à Assembleia da República a **criação do Dia da Escola Pública**, sendo essa a oportunidade para, com o envolvimento das comunidades educativas, trazer à rua tudo o que de bom acontece na Escola de todos os portugueses, avançando a FENPROF com a iniciativa, mesmo que a proposta não seja aprovada;

- Defender a reposição da gestão democrática das escolas, desagregar escolas a quem foi imposta a solução “mega-agrupamento” e eliminar de vez a municipalização, no quadro de uma verdadeira descentralização do sistema educativo;

- Contribuir para o reforço do caráter inclusivo da Escola Pública, desde a Intervenção Precoce ao Ensino Superior, dando particular atenção à recente alteração na constituição de turmas (despacho normativo 1-H/2016), bem como ao investimento necessário para que todos os alunos com NEE possam estar, pelo menos, 60% do tempo letivo na sua turma.”

- Defender a criação na rede pública das salas necessárias a uma efetiva universalização da oferta da Educação Pré-Escolar às crianças de 3 e 4 anos;

- Defender a eliminação dos percursos de aprendizagem soluções impostas com o objetivo de elitizar o acesso ao conhecimento, discriminando crianças e jovens a quem foi precocemente negada a igualdade de oportunidades;

- Alimentar um processo de debate alargado em torno da revisão curricular dos ensinos básico e secundário, respeitadora da função docente e dirigida a uma educação integral e emancipadora dos nossos alunos.



(...)

Ações a desenvolver com vista à satisfação das orientações atrás definidas

(...)

- Realizar uma Campanha Nacional em defesa de uma gestão democrática para as escolas, que implique a organização de debates nas regiões em torno da proposta da FENPROF, a auscultação dos docentes e a realização reuniões com os diversos representantes da comunidade educativa e a realização de uma iniciativa nacional em

que participem representantes de toda a comunidade e os grupos parlamentares, culminando com a entrega formal de proposta negociada ao ME;

- Organizar um encontro nacional que culmine um conjunto de ações descentralizadas visando aprofundar a reflexão sobre a formação de professores, nas suas diversas modalidades, as condições de ingresso na profissão e o conjunto de valores a ter em conta no seu exercício;

- Prosseguir, em parceria com outras organizações, com a concretização de iniciativas destinadas a promover a inclusão em espaço escolar;

- Realizar um encontro nacional para debate sobre as orientações curriculares para a Educação Pré-Escolar e que, simultaneamente, tome posição sobre a atividade a desenvolver nas creches, sendo esta iniciativa de grande importância e atualidade, tendo em conta recentes afirmações que vão no sentido de acentuar o caráter social deste setor de educação.

- Apresentar ao Governo e à Assembleia da República um Caderno Reivindicativo para o 1.º Ciclo do Ensino Básico que concretize a apresentação de soluções para os problemas, de ordem sistémica e profissional, que foram objeto de denúncia pública, no âmbito da Campanha Nacional “Caminhos para a valorização do 1.º Ciclo do Ensino Básico”;

(...)

Da Resolução sobre Ação Reivindicativa aprovada pelo 12.º Congresso Nacional dos Professores, em 30 de abril ●

Negociação do CCT para o ensino particular e cooperativo e escolas profissionais privadas



Realizou-se no passado dia 1 de julho de 2016 a 1.ª reunião de negociação com a CNEF (Confederação Nacional de Educação e Formação), que teve como objetivo a preparação do processo negocial de um único instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) que abranja, simultanea-

mente, as escolas profissionais privadas e os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, incluindo as escolas de ensino artístico especializado.

A CNEF é constituída pelas seguintes associações:

- AEEP (Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular)
- ANESPO (Associação Nacional do Ensino Profissional)
- APEC (Associação Portuguesa de Escolas Católicas)
- APROARTE (Associação Nacional do Ensino Profissional de Música e Artes)
- UNIENSINORTE (União de Cooperativas de Ensino da Região Norte)

A intenção da CNEF é chegar a um acordo que abranja a maioria dos estabelecimentos de ensino dos setores representados nesta Confederação, que tenha em conta um equilíbrio entre a sustentabilidade das escolas e a estabilidade laboral. A FENPROF concordou com a proposta da CNEF rela-

tivamente à existência de um único IRCT, que respeite a dignidade e as condições de trabalho dos docentes que exercem funções nestes estabelecimentos de ensino, tendo em conta que para a FENPROF todos os docentes, independentemente do setor em que trabalham (público ou privado), deverão ter condições idênticas no exercício da profissão docente.

Tendo em conta o objeto desta 1.ª reunião, a FENPROF apresentou uma proposta de protocolo negocial que contém regras de enquadramento para as negociações do contrato coletivo, nomeadamente a existência de atas de todas as reuniões de negociação.

A CNEF ficou de apresentar contrapropostas a este documento, bem como o agendamento de uma data para a próxima reunião de negociação.

A FENPROF continuará a atualizar toda a informação decorrente deste processo negocial. ●

Em defesa da aposentação aos 36 anos de serviço

Vamos à Assembleia da República!

No próximo dia 20 de julho, terá lugar na Assembleia da República o debate parlamentar na sequência da petição entregue pela FENPROF em Dezembro de 2015, a qual foi subscrita por mais de 30 000 docentes, e que reclama a adequação do regime de aposentação às condições e consequências do exercício prolongado da profissão, defendendo que os professores possam aposentar-se aos 36 anos de serviço.

Os peticionários pretendem que o Parlamento discuta a proposta de redução do tempo de serviço para a aposentação sem perda de remuneração, tendo em conta a necessidade de renovação geracional e o facto de a profissão docente ser hoje considerada como de elevado desgaste físico e psíquico devido ao seu exercício continuado.

A FENPROF, ouvida em fevereiro na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, reafirmou que as políticas seguidas têm resultado numa crescente sobrecarga dos professores e num esforço, manifestamente insuportável, no exercício da profissão, que têm agravado muito a exaustão dos docentes, deixando clara a elevada expectativa que os professores e educadores têm em relação a iniciativas legislativas que dêem substância ao conteúdo da petição, afirmando ainda a convicção de que tal expectativa não sairá defraudada.

Aos professores e educadores cabe agora, a importante tarefa, de marcar presença no debate parlamentar no próximo dia 20, a partir das 15.00h na Assembleia da República, dando força a esta causa, que é justa e que é de todos. | **Manuel Nobre** ●

Debate Parlamentar

Petição em defesa da aposentação aos 36 anos de serviço

20 de julho 2016 | 15h00

**A tua presença é importante.
Dá força a uma causa que é de todos!**



Deslocações organizadas
Contacta o Sindicato
da FENPROF da tua área



FENPROF em conferência de imprensa

Fundações de direito privado não são solução para o futuro das instituições de ensino superior público

“Transformar as Instituições Públicas em Fundações de direito privado ameaça o interesse público das suas missões e as condições para o exercício da Liberdade Académica dos seus docentes e investigadores”, alerta a FENPROF.

Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF; João Cunha Serra, Presidente do Conselho Nacional; Tiago Dias, do Secretariado Nacional; António Matos (Departamento do Ensino Superior do SPRC) e António Mortal (Departamento do Ensino Superior do SPZS) participaram num encontro com os jornalistas realizado no passado dia 27 de junho em Lisboa (foto).

“É claramente contraditório o discurso do Governo para a área da Educação: por um lado, afirma-se defensor da Escola Pública; por outro, procura promover fundações de direito privado como futuro para as instituições de ensino superior público”, sublinhou Mário Nogueira numa breve nota introdutória.

Para a FENPROF a solução para o reforço da autonomia do Ensino Superior Público não está nas fundações de direito privado, como realça a declaração da FENPROF, apresentada e comentada nesta conferência de imprensa por João Cunha Serra.

Está sim em conseguir que o Estado – Governo e Assembleia da República – assegure a autonomia constitucionalmente consagrada, legislando em conformidade.

Algumas instituições, exasperadas pelas crescentes burocracias que lhes têm sido impostas e que tolhem gravemente o exercício da sua autonomia administrativa e financeira, com prejuízos graves para o seu funcionamento, voltam-se para a figura do regime de fundação pública com regime de direito privado, como se de uma tábua de salvação se tratasse (depois do Porto, Aveiro e ISCTE, mas também do Minho, com diploma legal já publicado, é agora a Universidade Nova e alguns institutos políticos que parecem começar a orientar-se para esta “solução”).

No entanto, esse regime jurídico, introduzido em 2007 no RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), tem estado muito longe de corresponder às expectativas então criadas.



Consequências negativas...

Estas fundações não só não receberam o “dote” que lhes fora prometido aquando da sua constituição, como não abandonaram o perímetro orçamental, tendo ficado sujeitas à maioria das restrições impostas às restantes instituições que permaneceram no regime público.

Mas, mais grave do que isto, na ânsia desta ilusória “libertação” das restrições burocráticas, não se dão conta, ou desvalorizam, a perda de autonomia que representa ficarem na dependência de um Conselho de Curadores inteiramente nomeado pelo governo, que o facto de o ser sob proposta das instituições não atenua.

Pendor autocrático

O RJIES veio já atingir, com severidade, o princípio da colegialidade das decisões, ao escancarar as portas ao autoritarismo, representado pela atribuição de todo o poder a órgãos unipessoais que tudo podem nomear e que quase tudo decidem.

O regime fundacional vem acentuar este pendor autocrático, atribuindo a um conjunto de membros externos nomeados pelo governo os poderes de homologar:

- 1) os planos estratégicos e de ação;
- 2) as linhas gerais de orientação científica, pedagógica, financeira e patrimonial;

“

O ensino superior, pela função económica e social que representa, deve ter um estatuto de autonomia reforçado. A Academia e as suas organizações representativas devem exigí-lo ao Governo e à A.R.

3) os planos anuais de atividades, as propostas de orçamento e as contas anuais.

Uma instituição fica, deste modo, dependente de decisões que se sobreponham aos órgãos de gestão internos, em particular aos Conselhos Gerais que já incluem membros externos, com um peso de pelo menos 30%. Senhores da banca e dos grupos económicos, já hoje membros de Conselhos Gerais (por exemplo, Ricardo Salgado, Zeinal Bava, Henrique Granadeiro, António Saraiva, António Mexia, Miguel Cadilhe ou Alexandre Soares dos Santos), embora em minoria, podem constituir a totalidade dos curadores, com os inerentes riscos de substituição das missões de longo prazo, inerentes ao ensino

superior, por visões de curto prazo próprias das políticas neoliberais de mercantilização dos saberes e de submissão aos mercados.

Uma forma de dividir trabalhadores

As fundações de direito privado são ainda uma forma de dividir os seus trabalhadores entre os que se manterão no regime público e os novos que serão predominantemente contratados no âmbito privado, uns e outros com diferentes estatutos profissionais.

A lei possibilita a criação, em cada fundação, de carreiras próprias, quase sem limitações, permitindo, por exemplo no caso dos docentes, que o regime de dedicação exclusiva, sendo a norma, possa deixar de ser um direito do docente para passar a ser uma decisão discricionária de cada instituição. Permite ainda que, pela via dos concursos, seja privilegiada a passagem do regime de contratação pública para a privada. A médio prazo, todos os contratos poderão ser privados, sendo a privatização total da instituição e a mercantilização do ensino e da ciência um passo que estará muito facilitado.

O poder dos docentes e dos restantes trabalhadores para negociarem as melhores condições contratuais e de trabalho estará muito diminuído, no domínio privado. Veja-se o que se passa no ensino superior particular e cooperativo, onde grassam a precariedade e os baixos salários, e onde a liberdade académica é letra morta e a *tenure* uma miragem.

Por tudo isto, a FENPROF está frontalmente contra a transformação das instituições públicas de ensino superior em fundações com regime de direito privado. "É um mau serviço ao ensino superior público universitário e politécnico", salientou João Cunha Serra.

O caminho a seguir

A solução para o necessário reforço das autonomias administrativa e financeira não é esta espécie de expediente, esta "fuga para a frente" para tentar contrariar as restrições burocráticas que lhes são impostas, que acaba por representar uma capitulação face à incapacidade política dos sucessivos governos para resolver o problema.

A alternativa é, assim, pugnar por que o Estado, e em particular o Governo, reconheçam que uma instituição de ensino superior não pode ser gerida com as regras de uma qualquer repartição pública e legislem de forma a garantir a autonomia consagrada constitucionalmente. "Há que recuperar a autonomia", referiu, a propósito, João Cunha Serra, que destacou também que "a vontade política" do Executivo é fundamental neste contexto.

O ensino superior, pela função económica e social que representa, deve ter um estatuto de autonomia reforçado. A Academia e as suas organizações representativas devem exigí-lo ao Governo e à Assembleia da República, conclui a FENPROF. ●



Negociação

Emprego científico e contratação de doutorados

Iniciada a negociação, a FENPROF considerou "positiva a transformação de bolsas *pós-doc* em contratos de trabalho, mas discorda que sejam a prazo, por se manter a precariedade".

Em comunicado enviado aos órgãos de comunicação social, a FENPROF considerou existir da parte do ministro Manuel Heitor "vontade de corrigir erros de sucessivos governos, relativamente à enorme precariedade existente no setor, através da substituição das atuais bolsas *pós-doc* por contratos de trabalho", tendo em conta que a "esmagadora maioria dos investigadores doutorados são abusivamente obrigados a exercer as suas funções ao abrigo de sucessivas bolsas *pós-doc*".

Para a FENPROF, no entanto, o projeto do MCTES "está longe do que deverá ser um adequado e justo tratamento dos investigadores" e esclarece que "a inexistência de qualquer medida para conversão dos contratos a termo em contratos sem termo é a maior lacuna do projeto".

A FENPROF apresentou um conjunto de propostas de alteração ao diploma com

vista à clarificação de algumas das suas normas e aproveitou para obter esclarecimentos da equipa ministerial quanto ao seu financiamento e à forma de aplicação da sua "Norma Transitória".

A delegação da FENPROF deixou claro que é necessário que, quanto à precariedade a que os investigadores têm estado sujeitos, não se mantenha o *statu quo* e apenas se substitua bolsos *pós-doc* por investigadores com sucessivos contratos de trabalho a termo. Defendeu, por isso, a "necessidade de serem consagrados mecanismos que abram perspectivas aos investigadores de acederem a um contrato por tempo indeterminado na carreira".

O processo negocial deverá prosseguir célere, defende a FENPROF para que se "ponha termo à precariedade" neste setor, "contribuindo, assim, de forma substantiva, para a dignificação e a melhoria das condições do trabalho destes investigadores que desenvolvem uma missão estratégica para o nosso País, com resultados reconhecidos internacionalmente". ●

A Direcção do SPZS decidiu comemorar os 40 anos de existência do sindicato, com um programa que cruza a intervenção social com momentos de cultura e debate a desenvolver ao longo deste ano de 2016, em toda a zona sindical (pormenores em www.spzs.pt)

Modelo de baixos salários compromete o desenvolvimento e o progresso social



A CGTP-IN considera inaceitável que haja declarações de membros do Governo que objetivamente incentivam o modelo de baixos salários e de longos horários de trabalho, que a Comissão Europeia entenda que o direito de contratação coletiva constitui um obstáculo ao investimento e que uma instituição com a responsabilidade da Agência de Gestão de Tesouraria da Dívida Pública (IGCP) promova a venda de dívida pública junto dos investidores, particularmente dos investidores externos, referindo como positiva nomeadamente a alta flexibilidade salarial, a fraca legislação de proteção de emprego, a reduzida cobertura das prestações de desemprego e o programa de privatizações.

Estas mensagens e ações são contraditórias com as promessas de um novo modelo

de crescimento e de desenvolvimento do país, em que são peças essenciais a rutura com as políticas de exploração e empobrecimento, desenvolvidas pelo anterior Governo do PSD-CDS, a valorização do trabalho e a dignificação dos trabalhadores, uma mais justa distribuição da riqueza e uma sociedade mais coesa e com menos desigualdades. Comprometem o nosso futuro económico e social porque dão continuidade a políticas que tornaram o país mais pobre e vulnerável.

Portugal, lembra a Central, continua a ser um país com baixo nível de salários, com maior número de horas anuais de trabalho no conjunto dos países da OCDE e com um reduzido salário mínimo nacional, o qual se situa atrás nomeadamente da Grécia e de Espanha. É também um país onde a contratação coletiva teve uma

queda abrupta em termos de convenções que anualmente são renovadas, em consequência quer do Código de Trabalho de 2003, das alterações de 2009 e dos impactos negativos resultantes das medidas tomadas no período da troika.

A política de austeridade teve consequências brutais sobre o trabalho, salientando-se:

- O agravamento da injustiça na distribuição entre os rendimentos do trabalho e os rendimentos de empresa e de propriedade. Os ordenados e salários passaram de 37,4% do valor do PIB em 2009 para apenas 33,7% em 2015, sendo este o valor mais baixo dos últimos 20 anos;

- A baixa cobertura dos trabalhadores abrangidos pela renovação da contratação coletiva, verificando-se uma situação de bloqueamento numa parte significativa dos processos de revisão;

- A desregulamentação dos horários de trabalho, verificando-se que os horários de trabalho são cada vez mais determinados pelas necessidades das empresas, não tendo também em conta as necessidades dos trabalhadores, a saúde e a conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar;

- O retorno da emigração forçada em massa e abrangendo trabalhadores qualificados e jovens com elevadas habilitações: entre 2011 e 2015, a emigração total (permanente e temporária) abrangeu 586 mil pessoas.

“Como era previsível, não ficámos com isso mais produtivos nem a competitividade da economia melhorou. Os trabalhadores e a população ficaram mais pobres e o país mais dependente, devido a uma política ruinosa que urge inverter”, observa a CGTP-IN em tomada de posição divulgada recentemente.



O caminho certo e seguro

O futuro não se constrói com uma política de baixos salários e de longos horários. Um país não compensa a sua menor produtividade por ter uma estrutura produtiva débil, assente em sectores com menor incorporação de valor acrescentado, menor inovação e menor conteúdo tecnológico, com menores salários e com mais horas de trabalho. Pelo contrário, esta é uma política de baixa produtividade, que tão ruinosa tem sido para o país, e com a qual importa definitivamente romper. Por isso urge assumir a concretização da mudança de política, investindo na produção nacional, no emprego estável e seguro, no aumento geral dos salários, no respeito pelos horários de trabalho, na aplicação das 35 horas semanais a todos os trabalhadores dos sector público e privado e no desbloqueamento da contratação coletiva. Este é o caminho certo e seguro para pôr a economia a crescer e responder às necessidades e anseios dos trabalhadores, do povo e do país, numa linha de progresso e justiça social, conclui a Central unitária. ●

Faltam trabalhadores na Administração Pública

Neste quadro, a *Inter* considera preocupantes as indicações, vindas do Ministério das Finanças, no sentido de valorizar os baixos salários e os longos horários junto de associações patronais e empresas estrangeiras e de continuar com uma política de cortes salariais dos trabalhadores da Administração Pública em regime de requalificação, agora denominado de revalorização. O que hoje se constata é a falta de trabalhadores em muitos dos serviços da Administração Pública, pelo que a sua colocação sem perda de salários e de direitos deve ser a prioridade.

Por outro lado, a CGTP-IN não aceita que uma instituição com a responsabilidade do IGCP (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública) promova a venda de dívida pública junto dos investidores, particularmente dos investidores externos, através da "atratividade" de ter trabalhadores com baixos salários e reduzida proteção social. É o que faz numa apresentação, de 3 de junho, destinada aos investidores, em que se invocam as "reformas estruturais" efetuadas nos últimos anos, referindo a mais alta flexibilidade salarial, a diminuição dos custos com os despedimentos, a redução da proteção social no desemprego, a diminuição de portarias de extensão de contratos coletivos publicadas, a redução do desemprego e programas de privatizações, nomeadamente.

Chocante...

Não é apenas chocante que, para a direção da IGCP, seja bom não haver contratação coletiva, que os trabalhadores tenham menos indemnizações quando perdem o emprego, ou que mais de metade dos desempregados não receba prestações de desemprego.

É igualmente chocante a conceção subjacente de que ter trabalhadores com menos direitos e desempregados sem proteção social é bom para vender títulos da dívida pública.

É também numa linha semelhante que a Comissão Europeia considera, num relatório de fevereiro deste ano, no contexto do Semestre Europeu, que a contratação coletiva, em Portugal, constitui uma obstáculo, uma "barreira estrutural" ao investimento.

Para a CGTP-IN, é preciso dizer basta a este modelo e a esta política anti-laboral e anti-social. O Governo tem de associar as palavras aos atos e tomar medidas para acabar com as situações referidas e outras associadas a um modelo de exploração que precisa de ser erradicado quanto antes. ●

Travar a ofensiva da CE, BCE E FMI, contra os trabalhadores, o povo e o país

A Comissão Europeia (CE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE) continuam a não se conformar com o facto do povo português, nas eleições de Outubro passado, ter rejeitado a "austeridade", rechaçado o fim da política de cortes nos salários, pensões e direitos e exigido a mudança de política.

Neste quadro, é sintomática a estratégia delineada pela troika, com o apoio dos seus serviços em Portugal para, através da ingerência e chantagem, perpetuar a exploração, as desigualdades e o empobrecimento dos trabalhadores, do povo e do país.

Para a CGTP-IN é inadmissível qualquer tipo de sanção a Portugal. Aliás, ameaças como as que foram feitas inserem-se numa nova fase do processo de integração capitalista na U.E., em que os valores propalados da solidariedade e cooperação entre Estados iguais em direitos e deveres, deu lugar à aplicação de uma política neoliberal única com a imposição das regras ditadas pelos países mais fortes sobre os restantes.

É neste contexto que se inserem as palavras do Ministro Alemão das Finanças a propósito de um segundo resgate, numa altura em que a Alemanha, com os seus excedentes comerciais, está em violação das regras do Tratado Orçamental. Por outro lado, o pretenso "ultimato" da Comissão Europeia representa a condenação da própria política imposta pela troika ao longo dos últimos quatro anos e uma confissão do fracasso da mesma no que concerne a dotar Portugal de mais e melhores instrumentos para crescer e se desenvolver.

A CGTP-IN reitera que Portugal deve ser ressarcido, e não sancionado, pelos danos causados pelas medidas draconianas impostas pela CE, BCE e FMI.

A inaceitável pressão e chantagem fica também patente na existência de dois pesos e duas medidas, com a U.E. a ser subserviente perante os grandes países ("a França é a França") e a ser dura com os pequenos países, ameaçando com a suspensão das verbas do Portugal 2020, numa altura em que é fundamental, nomeadamente o investimento público para a concretização do quadro comunitário de apoio.

Acresce que este processo não pode ser desligado do crescente descrédito da U.E. e do desaire que recentemente sofreu com o resultado do referendo no Reino Unido.

É também neste campo que o PSD e o CDS, comprometidos com os objetivos políticos emanados pela U.E., tudo fazem para boicotar a política de reposição de salários, pensões e direitos e assim tentar impossibilitar uma alternativa que demonstre a falácia da inevitabilidade da política de "austeridade".

O processo de construção de uma alternativa no nosso país não deve abrandar nem pode parar. A tentativa de condicionar o OE 2017 tem de ser rejeitada e derrotada! Esta é altura de dar expressão à mudança que o povo exige e o país precisa.

A CGTP-IN rejeita o Tratado Orçamental e lutará pela renegociação da dívida e a revogação das regras da U.E. que hipotecam o nosso desenvolvimento; e rejeita também a periferização da nossa economia e lutará pela alteração profunda do modelo de desenvolvimento, apostando na dinamização do mercado interno em conjugação com as exportações, na modernização do aparelho produtivo e na produção incorporadora de maior valor acrescentado.

A Central rejeita a velha prática de baixos salários e lutará por uma política alternativa que valorize o trabalho, favoreça a redução para as 35 horas de trabalho semanal em todos os sectores da economia e incrementalmente a contratação coletiva e o princípio do tratamento mais favorável, assim como a revogação das normas da caducidade, na qual assenta o bloqueio patronal.

A CGTP-IN rejeita a política de sanções da Comissão Europeia, das pressões dos "mercados" e dos ditames do Tratado Orçamental, e tudo fará, recorrendo inclusive à luta, para defender e afirmar os direitos dos trabalhadores e do povo e a soberania nacional! | CGTP-IN, 4/07/2016 ●

“
Para a CGTP-IN é inadmissível qualquer tipo de sanção a Portugal. Aliás, ameaças como as que foram feitas inserem-se numa nova fase do processo de integração capitalista na U.E.



“É necessário um despertar para as mais valias da língua portuguesa, a sexta mais falada na União Europeia. O trabalho incansável dos professores a trabalhar no EPE tem de merecer, da parte das comunidades, um maior carinho e atenção”, salienta Carlos Pato ao JF. O Secretário Geral do SPE e membro do Secretariado Nacional da FENPROF responde também a temas específicos da negociação com a tutela.

Carlos Pato, Secretário-Geral do SPE, ao JF: Há que valorizar o ensino português no estrangeiro e salvaguardar os postos de trabalho

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

A FENPROF e o SPE assinaram recentemente um acordo que colocou fim a um processo negocial aberto para discussão de um projeto de Decreto-Lei sobre o mecanismo de regulação e correção cambiais. O SPE já considerou que esse acordo é positivo para os professores. Queres explicar melhor?

Carlos Pato (C.P.) – Este acordo agora assinado vem culminar todo um processo desencadeado ainda no anterior governo que resultou da atitude unilateral do governo suíço ao terminar com o mecanismo de regulação cambial. Tal procedimento motivou uma desvalorização acentuada nos salários dos professores a trabalhar na Suíça que, apesar de já terem os seus salários substancialmente diminuídos, aliás como todos os professores a trabalhar no EPE, em resultado dos cortes e taxas e sobretaxas aplicados pelo anterior governo, viram ainda mais agravadas as suas condições de vida.

Mas o sindicato reagiu...

C.P. – O SPE denunciou imediatamente a situação junto do ex-Secretário de Estado assim como à Presidente do Camões. IP e foi criado um procedimento extraordinário para minimizar as perdas. Foi ainda conseguido o pagamento de retroativos aos professores o que de certo modo atenuou os efeitos dos cortes. Com este diploma ora aprovado e que esperamos que funcione realmente ao mesmo tempo que seja um instrumento de salvaguarda para todos os trabalhadores externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros a trabalhar fora da zona euro.

O SPE lembrou, entretanto, ao Secretário de Estado das Comunidades, que os professores aguardam há cerca de dois anos a conclusão dos procedimentos que permitam a finalização do processo de revisão do Regime Jurídico do EPE. O tempo urge e até ao final do corrente ano o diploma deverá estar em vigor. Podes acrescentar alguma informação?

C.P. – A questão é simples: a morosidade observada nos pareceres a emitir, quer pelo

Ministério das Finanças quer pelo Ministério da Educação que são os parceiros da “coligação” que dirige o EPE não fazem qualquer sentido! As alterações negociadas com a Secretaria de Estado das Comunidades e com o Camões. IP não configuram quaisquer gastos adicionais nem fazem perigar o Orçamento de Estado!!!

São questões que, sendo resolvidas como esperamos, contribuem para uma maior estabilidade do corpo docente, dão garantias e segurança de trabalho aos professores e asseguram ao mesmo tempo uma imagem de credibilidade ao sistema de ensino especial que é o Ensino Português no Estrangeiro.

Todavia esta revisão parece que configura um quebra-cabeças para os técnicos e juristas dos ministérios que se entretêm a discutir questões de “lana caprina” e arrastam a conclusão do processo!

Importa referir que tanto a FENPROF como o SPE já assinaram uma ata negocial final como a Secretaria de Estado das Comunidades e com o Instituto Camões no dia 26 de junho de 2015 tendo o processo emperrado com a interferência dos períodos eleitorais que então decorreram. Todavia, foi reiniciado já na vigência do atual governo após uma reunião entre as partes no dia 30 de dezembro de 2015.

Todos sabem que este diploma é urgente dado que até 31 de dezembro do corrente ano as alterações propostas para a revisão do do regime jurídico têm de estar em vigor para salvaguardar os postos de trabalho dos professores a trabalhar fora da Europa, nomeadamente na África do Sul.

O SPE tem, em todas as oportunidades que têm surgido, alertado para a agilização dos procedimentos. Como exemplo serve o último documento que foi assinado no dia 22 de junho para ser levado a Conselho de Ministros no dia seguinte! Desde a saída, em 30 de dezembro de 2015 do Decreto-Lei n.º252 que estipulava um prazo de seis meses para ser negociado o mecanismo de regulação cambial, só na véspera da data limite é que se concretizou! E foram ouvidos oito sindicatos e duas federações.



Até 31 de dezembro as alterações propostas para a revisão do regime jurídico têm de estar em vigor para salvaguardar os postos de trabalho dos professores a trabalhar no EPE.

Em termos gerais, como têm decorrido as negociações com a tutela, em Lisboa?

C.P. – Desde a tomada de posse do atual governo o SPE sempre encontrou uma abertura total para a discussão dos problemas que pontualmente têm surgido tendo, como é óbvio, como interlocutor privilegiado o Camões, IP.. O Secretário de Estado das Comunidades tem manifestado grande disponibilidade para ouvir o sindicato, constituindo um óbice o facto constatado da morosidade com que os assuntos são tratados.

O SPE participou, este ano, em dois momentos altos da vida sindical, num plano geral e no âmbito dos professores a da FENPROF. Falamos dos Congressos da CGTP-IN e da FENPROF. Que balanço fazes da intervenção do SPE nessas importantes assembleias?

C.P. – Sem dúvida que foram dois momentos marcantes na vida do SPE. A participação no Congresso da CGTP-IN revestiu-se de particular interesse pelo facto de se ter concretizado a adesão do sindicato a esta central sindical. Como tudo o que é novo também este novo impulso na atividade sindical revestiu-se de grande interesse para nós dado ter permitido ao SPE um maior contacto com as vivências experimentadas na grande manifestação da força da luta sindical que foi o Congresso.

Em relação ao 12.º Congresso da FENPROF foi mais uma experiência frutuosa que permitiu o livre debate, a troca e comunicação de experiências, a análise da realidade profissional dos diferentes setores da educação e uma permuta de experiências sempre alicerçada na valorização do trabalho dos professores e na luta pela conservação e desenvolvimento dos ideais que norteiam os promotores de uma escola pública de e com qualidade. Em análise final importa referir que, tal como os anteriores, este Congresso

demonstrou uma grande qualidade intrínseca além de uma organização exemplar.

O campeonato da Europa de futebol, em França, “lembrou” ao país a realidade da emigração. É pena que a comunicação social não dê mais tempo de antena aos problemas e às realidades que se vivem nas nossas comunidades, como, por exemplo, o EPE (ensino português no estrangeiro). Hoje, como definirias, em poucas palavras, os principais problemas do EPE?

C.P. – Portugal sempre foi e será um país de e- e imigrantes! As comunidades são díspares assim como os países de acolhimento. Há escolhas alicerçadas no apoio de familiares já a viverem nos diferentes países da União Europeia. Tem este fenómeno na sua génese os cuidados a observar com a saída do país e as possibilidades de sucesso na escolha efetuada. A diversidade geográfica do nosso país propicia a criação de nichos de imigrantes que pautam a sua vida pelas raízes sociológicas que os ligam às suas terras natais. Todavia reconhece-se um certo ressentimento para com o país que os viu partir e tal contribui para uma certa “revolta” contra tudo e contra todos!

O EPE, porque mais exposto sofre com este estado de alma. É necessária uma maior consciencialização dos portugueses para os valores culturais e linguísticos de Portugal. É necessário um despertar para as mais valias da língua portuguesa, a sexta mais falada na UE.

O trabalho incansável dos professores a trabalhar no EPE tem de merecer, da parte das comunidades, um maior carinho e atenção. Não podemos valorizar as línguas nacionais em detrimento da nossa. Cada qual tem o seu espaço próprio mas, na hora em que os sonhos se esfumam, na hora em que os políticos desavindos tomam decisões contrárias aos nossos designios, na hora em que começamos a ser alvo de atitudes racistas e/ou xenófobas a decisão imediata é o regresso ao nosso país, a Portugal! Viver num ambiente plurilingue permite aos nossos jovens a aquisição de outros saberes e outras valências. Todavia aqui fica um recado aos pais e mães destes jovens: não valorizar a aprendizagem da nossa língua é um desperdício, o qual só mais tarde será lamentado e as consequências serão muito dolorosas. Não queremos assistir a episódios lamentáveis de ter portugueses ou lusodescendentes no seu próprio país a não conseguirem expressar-se na língua dos seus pais e avós. ●

Internacional

A Europa pela Paz



“Não aos objetivos belicistas da cimeira de Varsóvia” - foi palavra de ordem em destaque no amplo movimento, dinamizado em toda a Europa, de protestos contra a Cimeira da NATO em Varsóvia (8 e 9 de julho). Também no nosso país, organizações das mais variadas áreas de intervenção – da CGTP-IN ao Conselho Português para a Paz e Cooperação – uniram-se para contestar os objetivos belicistas da cimeira da NATO e afirmar a exigência da dissolução deste bloco político-militar.

Quando se multiplicam situações de tensão e conflito e aumenta a insegurança e a instabilidade internacionais, a realização desta cimeira e os seus objetivos belicistas, num momento em que a NATO se aproxima cada vez mais das fronteiras da Federação Russa e intervém no Mediterrâneo, são de uma imensa gravidade, alertam os organizadores do Ato Público, realizado no fecho desta edição, na Rua do Carmo, em Lisboa (8 de julho).

Os tempos não são de indiferença, mas de esclarecimento e mobilização: pela paz; pela retirada de todas as forças da NATO envolvidas em agressões militares; pelo fim da chantagem, desestabilização e guerras de agressão contra estados soberanos; pelo apoio aos refugiados, vítimas das guerras que a NATO promove e apoia; pelo encerramento das bases militares em território estrangeiro e do desmantelamento do sistema anti-míssil dos EUA/NATO; pelo desarmamento geral e da abolição das armas nucleares e de destruição massiva; pela dissolução da NATO; e pelo cumprimento por parte das autoridades portuguesas dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa e na Carta das Nações Unidas, no respeito pela soberania e igualdade de povos e Estados. ●



SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO

www.fenprof.pt/SPE/

Google Pesquisa Personalizada

PESQUISAR

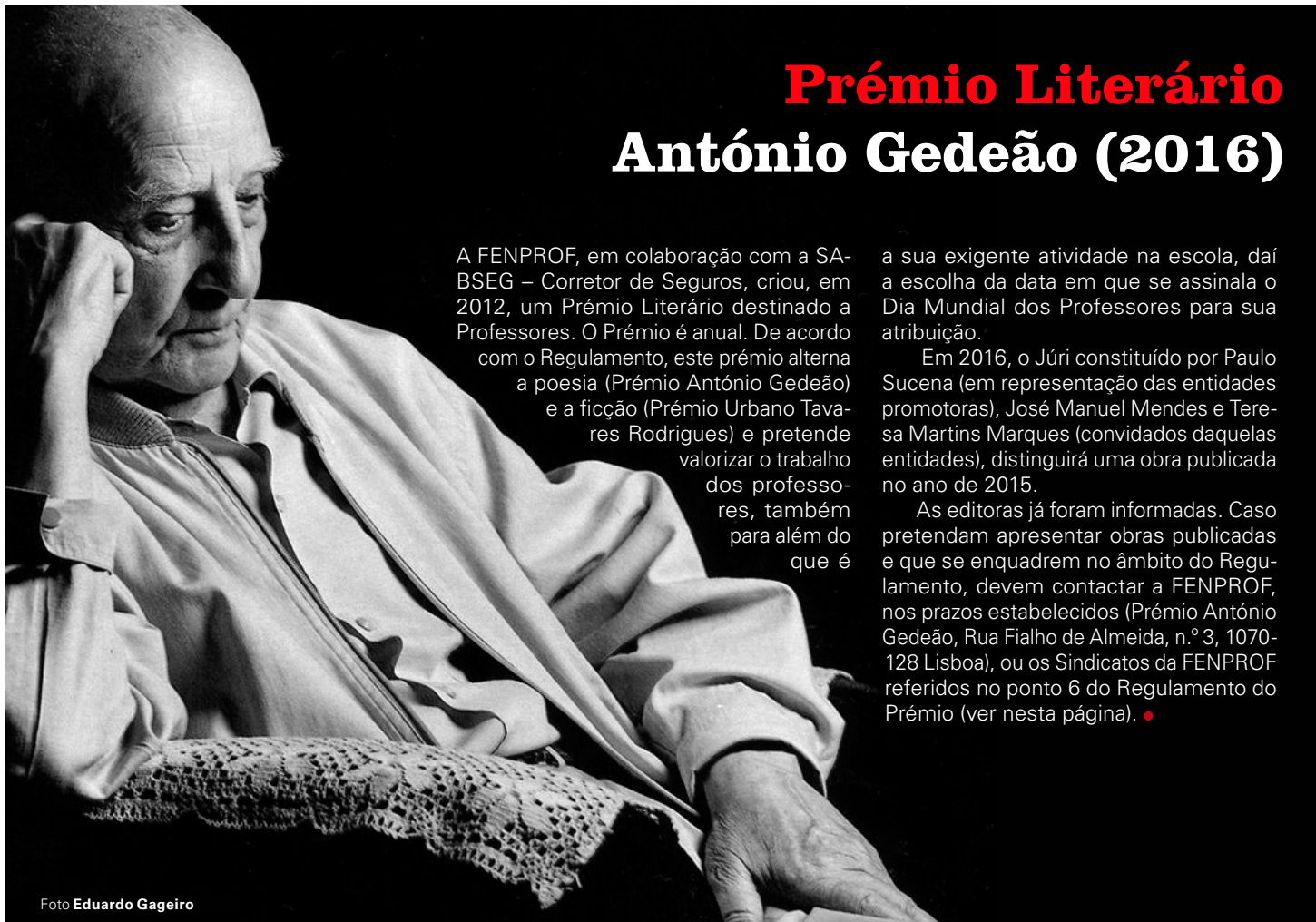


Foto Eduardo Gageiro

Prémio Literário António Gedeão (2016)

A FENPROF, em colaboração com a SABSEG – Corretor de Seguros, criou, em 2012, um Prémio Literário destinado a Professores. O Prémio é anual. De acordo com o Regulamento, este prémio alterna a poesia (Prémio António Gedeão) e a ficção (Prémio Urbano Tavares Rodrigues) e pretende valorizar o trabalho dos professores, também para além do que é

a sua exigente atividade na escola, daí a escolha da data em que se assinala o Dia Mundial dos Professores para sua atribuição.

Em 2016, o Júri constituído por Paulo Sucena (em representação das entidades promotoras), José Manuel Mendes e Teresa Martins Marques (convidados daquelas entidades), distinguirá uma obra publicada no ano de 2015.

As editoras já foram informadas. Caso pretendam apresentar obras publicadas e que se enquadrem no âmbito do Regulamento, devem contactar a FENPROF, nos prazos estabelecidos (Prémio António Gedeão, Rua Fialho de Almeida, n.º 3, 1070-128 Lisboa), ou os Sindicatos da FENPROF referidos no ponto 6 do Regulamento do Prémio (ver nesta página). ●

Regulamento

1. O Prémio Literário António Gedeão, instituído pela Federação Nacional dos Professores – FENPROF, e patrocinado pela SABSEG – Corretor de Seguros, destina-se a galardoar uma obra de poesia em português e de autor português, publicada integralmente e em 1ª edição no ano de 2015.

2. Este prémio tem como finalidade distinguir obras literárias, de poesia e ficção narrativa, em anos alternados, de professores no ativo ou aposentados, de qualquer grau de educação e de ensino, público ou privado, e também de docentes deslocados em outros serviços ou funções.

3. O Prémio de poesia António Gedeão – 2016, contempla livros cuja autoria se enquadre nos requisitos anteriormente explicitados.

4. O valor deste prémio, a cujo concurso não são admitidas obras póstumas, é de € 7.500.00 (sete mil e quinhentos euros).

5. A divulgação deste regulamento é feita através dos órgãos de informação

da FENPROF e dos seus Sindicatos e entidades diretamente interessadas.

6. Os concorrentes deverão enviar pelo correio, ou entregar em mão, cinco exemplares na sede da FENPROF ou dos seus Sindicatos (Sindicato dos Professores do Norte, Sindicato dos Professores da Região Centro, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Sindicato dos Professores da Zona Sul, Sindicato dos Professores da Madeira, Sindicato dos Professores da Região Açores e Sindicato dos Professores no Estrangeiro) até ao dia 25 de julho de 2016.

7. O Secretariado Nacional da FENPROF designou para fazerem parte do Júri Paulo Sucena, em sua representação, José Manuel Mendes (Universidade do Minho) e Teresa Martins Marques (Fac. Letras da Universidade de Lisboa).

8. O Júri disporá de sessenta dias para deliberar, reunindo, nesse período de tempo, sempre que achar conveniente.

§ 1.º O Prémio será atribuído a um único livro e não ao conjunto da obra do

seu autor. A deliberação é tomada por maioria simples, excluindo-se sempre a posição de abstenção e as possibilidades de atribuição ex aequo e de menções honrosas.

§ 2.º O Prémio não será atribuído se o Júri entender que nenhuma das obras em concurso o justifica.

§ 3.º O Júri produzirá uma ata, devidamente fundamentada, justificando a sua decisão.

9. A FENPROF prestará, nas sessões que vierem a realizar-se, todo o apoio necessário ao funcionamento do Júri.

10. A deliberação do Júri será tornada pública na sessão comemorativa do Dia Mundial do Professor (5 de Outubro) e divulgada através do site da FENPROF (www.fenprof.pt).

11. A entrega do Prémio ao autor galardoado ocorrerá numa cerimónia pública a realizar posteriormente.

12. As edições subsequentes da obra galardoada deverão referenciar, em lugar destacado, o Prémio e a entidade patrocinadora. ●

À atenção das escolas

Richard Towers – Livros com Arte

Richard Towers é um autor diferente. Quebra barreiras, rompe com os estereótipos e, nessa voragem artística, estabelece uma nova forma de lidar com a trindade literária: conteúdo, criatividade, comunicação.

Criou um conceito (o *Livro-Objeto*, com sete livros já publicados, reconhecidos e premiados pela ousadia e inovação) e uma coleção – As Aventuras de Gururock e a sua Banda – assentes em personagens consistentes e divertidas que, orientadas pela bússola da alegria, nos conduzem pelos meandros da literatura e da música.

O primeiro volume, *A Sinfonia do Tempo*, leva-nos até ao século XVIII, para travarmos conhecimento com o proeminente compositor Ludwig van Beethoven. Esta *viagem literária* tem como mote a sua guitarra elétrica, que o acompanha em sessões nas escolas e que debita o talento e a magia necessários à consecução do mais ambicioso dos objetivos: trazer as crianças à literatura, à leitura, à música, à arte.

É na construção desse sonho que assenta o trabalho de Richard Towers. A dinâmica que imprime a cada palavra, a cada nota, a cada momento, transforma a viagem numa intensa experiência em que todos participam: a ler, a bater palmas, a cantar, a dançar, a brincar... Uma completa diversão num estado de pura alegria e libertação (para conhecer melhor o projeto, consulte o site www.gururock.pt)! Para além da abordagem pedagógica (a



última página inclui uma biografia de Beethoven), o autor também considerou o lado lúdico, estético e funcional das suas obras. Neste caso, o livro pode ser utilizado como relógio de parede: os ponteiros são guitarras elétricas e o relógio funciona a pilhas. Assim, alia-se o prazer da leitura ao sentido prático que o *Livro-Objeto* oferece. Richard Towers tem centrado a sua atividade na divulgação junto das crianças nas escolas, pelo que a sua agenda passa por sessões/concertos vocacionados para o 1º Ciclo. Pode consultar a sua agenda em www.richardtowers.pt, e contactar o autor através do email neomaproducoes@gmail.com. ●



30 e 31 de julho Encontro de Bandas Filarmónicas na Casa da Música

O Verão é tempo de arruadas e romarias, assinaladas pelas inúmeras bandas filarmónicas que por todo o país mantêm atividade. É também altura para mais um Encontro de Bandas na Casa da Música, onde a tradição não é esquecida e se evoca em arruadas vespertinas na praça exterior. As bandas chegam de várias localidades do país, trazendo consigo muitos anos de tradição e os seus repertórios de eleição. Sobem depois ao palco da Sala Suggia para se apresentarem em concerto, com programas (30 e 31 de julho) que variam entre as aberturas e rapsódias históricas e os novos e desafiantes repertórios contemporâneos. ●

EDPCOOLJAZZ

Ritmo cubano, Marisa Monte e Carminho a fechar

Decorre em Oeiras, nos jardins do Marquês de Pombal, a 13ª edição do EDPCOOLJAZZ. Chamamos a atenção dos nossos leitores para a agenda dos dois últimos dias do festival. A **26 de julho** será a vez do ritmo cubano invadir os Jardins Marquês de Pombal com dois grandes concertos: as duplas Omara Portuondo & Diego el Cigala e Luís Represas com Paulo Flores. A diva dos Buena Vista Social Club regressa a Portugal em dupla com o mais relevante e inovador cantor de flamenco numa noite única de fusão de sonoridades. Para terminar em língua portuguesa (**dia 27**), "Marisa Monte convida Carminho", um concerto que promete! | JPO ●

+ INFO www.edpcooljazz.com



Debate Parlamentar

Petição em defesa da aposentação aos 36 anos de serviço

20 de julho 2016 | 15h00

A tua presença é importante.
Dá força a uma causa que é de todos!

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

Deslocações organizadas
Contacta o Sindicato
da FENPROF da tua área

